

SESSÕES DO PLENÁRIO

61ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de agosto de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ROGÉRIO ANDRADE “1º VICE-PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Arthur Maia, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Carlos Bacelar, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Nelson Leal, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (50)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Leitura do expediente.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Eliana Boaventura, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 01 e 04/06/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 03 e 04/06/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Eliedson Ferreira, comunicando sua ausência na sessão do dia 09/06/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, deputada Maria Luiza, Srs. Deputados, finalmente o governador Wagner tomou uma atitude. Segundo a imprensa, ontem à noite demitiu o pior secretário da Educação que este Estado já viu. O pior gestor da área de educação que já passou pela Bahia. Mais uma vez, o governador teve que dar o braço a torcer à Oposição, porque há dois anos e meio a Oposição tem denunciado que o Sr. Adeum Sauer não tinha a capacidade suficiente para gerir os destinos da educação na Bahia. Mas o governador omisso, o governador ausente, o governador que não administra o Estado, o governador refém do PMDB, o governador que tem medo da Bancada do PMDB, esse governador precisou deixar a Bahia ser ridicularizada nacionalmente com a história do escândalo Chico Bento.

O governador Wagner não demitiu o secretário porque não houve educação formal para a juventude baiana. O governador não demitiu o secretário porque não há professores, porque a violência domina nas escolas, porque o nosso governo, como diz o ilustre Líder Waldenor Pereira, acabou com a educação pública da Bahia, acabou com a educação pública da Bahia. Não foi por isso! O governador demitiu o Sr. Adeum Sauer por causa do escândalo Chico Bento.

Mas era o momento de o governador resolver ou tentar resolver a situação da Bahia, porque em 2007 não tivemos aula na rede escolar; em 2008, não tivemos professores; e em 2009, continuamos a sem ter. O Sr. Governador, em lugar de tomar a decisão de mudar as práticas da educação, está colocando a secretaria na bacia das almas, na lanterna dos afogados. Ofereceu, ontem, a Secretaria da Educação ao PDT. Dizem que ofereceu já a dois ou três partidos aqui na Casa.

A educação do PT, a educação do governo Wagner, é a educação da politicagem, é a educação da perseguição, porque eles só são bons nos palanques, mas incompetentes para governar este Estado. Usam a educação para querer se perpetuar no poder. Quem manda na educação é a ala tal do PT, é a APLB, é o cartãozinho do deputado nomeando diretores. É essa a administração que eles queriam para a Bahia. E o governador viajando no seu helicóptero, no avião; o governador que tem, ao lado do seu gabinete, um autorama para as horas de stress; não se preocupa com a educação dos baianos, não se preocupa com a educação da juventude.

A escola pública de Wagner, se fechar, não faz falta a ninguém na Bahia. Deputado professor Valdeci, V.Ex^a que é um educador, V.Ex^a que tem sido aqui um dos poucos deputados a se preocupar com a educação, deve ver com tristeza a que

situação chegou.

A grande realização do governador Wagner na área da educação, ele disse aqui nesta tribuna, foi ter alfabetizado uma pessoa com mais de 80 anos. É porque ele nunca conversou com Darci Ribeiro que dizia que a solução para o analfabetismo, infelizmente, era uma solução biológica; não há outra.

Na Bahia a educação é o Topa; Topa porque está dando dinheiro ao marketing; Topa porque ficam enganado a população.

Eu quero que o governador traga aqui um alfabetizado do governo dele, tanto alfabetizando como alfabetizados em sua equipe.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre deputado professor Valdeci pelo tempo de até 5 minutos.

Eu gostaria de convidar, por gentileza, o deputado Luiz Augusto para me substituir por 2 minutos apenas.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada Marizete, quem nos assiste pelo canal Assembleia, ouvintes aqui da nossa Casa pelo sistema de som, eu tinha um pronunciamento a fazer mas, em decorrência da notícia em relação ao nosso professor Dr. Adeum, que está secretário de Educação, quero fazer aqui uma fala em relação à sua gestão e o diagnóstico da educação pública estadual da Bahia, de conhecimento de todos.

De mil, setecentas e poucas escolas do Estado da Bahia, não mais do que 400 tinham toda a documentação da escola, provando que a escola, realmente, pertencia ao Estado. Falo da documentação simples, só para termos uma ideia do diagnóstico das escolas do Estado.

Pegamos uma máquina com mais de 60 mil trabalhadores e trabalhadoras e o professor Adeum, na sua gestão do governador Wagner, realizou as eleições diretas para diretores e diretoras das escolas. Na minha opinião de educador, colocar como marco histórico.

Em se confirmando a saída do professor Adeum, que é um fato, quero agradecê-lo, pois, conhecendo o professor desde que ele era secretário do município de Itabuna, no sul da Bahia, e hoje ele é membro do Conselho Nacional de Educação, não tenho dúvidas em falar que o professor Adeum é um dos maiores conhecedores do Brasil de toda a legislação educacional e das teorias pedagógicas; não tenho a menor dúvida.

A questão da gestão, temos que fazer a discussão. Então, para efeito científico, até o final de dezembro de 2008, a Secretaria de Educação é uma das melhores avaliadas. Temos problemas? Temos, na questão de contratação de professores, de estrutura, principalmente no nível médio.

Mas, para efeito do que foi falado ontem em relação à execução orçamentária, eu quero ficar muito na Secretaria de Educação. Em toda a execução orçamentária, na média de todos os componentes do orçamento da educação, recursos ordinários não

vinculados, recursos do Fundeb, a cota parte do salário educação, cerca de sete itens do total geral da Secretaria da Educação foram executados de janeiro a julho numa média de 30%, sendo que 58,13% dos recursos vinculados ao fundo de ensino fundamental e valorização do magistério, ensino da educação básica, foram executados de janeiro a julho.

Assim, no que tange a gestão, a Secretaria da Educação é uma das melhores do nosso governo estadual. Selecionei também outros dados, embora o tempo não dará para colocar aqui as informações, mas em função da despesa orçamentária do Fundeb, que no geral foi de 58,13%, em quase todas elas o governo, através da Secretaria da Educação, conseguiu cumprir as suas tarefas.

Para deixar clara aqui a minha posição em relação a Secretaria da Educação, quero dizer que acompanhando o secretário, como acompanhei desde janeiro de 2007 na condição de vereador do meu município, pude ver de perto que o professor Adeum contribuiu muito para a nossa educação. Agradeço a ele pelo empenho. Quero dizer também que na minha opinião de deputado estadual do Partido dos Trabalhadores será difícil substituí-lo, porque quem conhece a educação pública municipal, como conhecemos, sabe dos desafios.

Acredito que ele fez o possível, dentro do sistema burocrático complexo que tivemos no ano de 2007. Quero agradecer ao professor Adeum por tudo que ele fez para a educação pública estadual baiana.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o nobre Líder do governo, Waldenor Pereira, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} Jornalistas, membros das Galerias Paulo Jackson, em primeiro lugar quero cumprimentar todos os colegas, deputados desta Casa Legislativa, neste reencontro de início de semestre legislativo. Quero desejar a todos uma atuação profícua, debatendo e discutindo os principais temas de interesse do Estado da Bahia.

Sr. Presidente, quero com satisfação anunciar para esta Casa Legislativa que hoje pela manhã, no município de Vitória da Conquista, o governador Jaques Wagner assinou a ordem de serviço para a reconstrução dos trechos da estrada BA-262, que liga Vitória da Conquista a Brumado, e da BA-263, que liga Vitória da Conquista a Itambé.

Estive presente na comitiva do governador, a deputada Marizete Pereira, uma das parlamentares que mais lutou pela realização desta obra, também esteve presente. Saímos de Vitória da Conquista comemorando a realização deste investimento de aproximadamente R\$ 66 milhões, que irá permitir a reconstrução desses dois trechos da estrada BA.

Trata-se de dois trechos da maior importância para a região do Sudoeste da Bahia, porque por ali circula produção e turistas que se deslocam para a região Sul do Estado, para o porto e o aeroporto de Ilhéus, para Vitória da Conquista – um dos

centros urbanos mais importantes do interior do Estado da Bahia, cidade que polariza, hoje, mais de dois milhões de habitantes do Estado da Bahia e também do Norte de Minas Gerais. Portanto, é com satisfação que anunciamos neste Plenário a assinatura da ordem de serviços, as obras já iniciaram hoje, da reconstrução dessas duas BAs. É importante destacar que o governo Jaques Wagner já utilizou mais de 500 milhões de reais na recuperação e reconstrução de rodovias no Estado da Bahia, e a nossa expectativa é de concluir o mandato em 2010 com a utilização de mais de 1 bilhão de reais para reconstrução e recuperação de rodovias do nosso Estado.

O Estado da Bahia tem aproximadamente 25 mil quilômetros de estradas pavimentadas de um total de 100 mil quilômetros de rodovia, de uma forma geral, e recebemos do governo anterior essas rodovias em estado extremamente precário, totalmente intrafegável a bem da verdade. Noventa por cento das estradas pavimentadas do Estado da Bahia foram entregues ao governo Jaques Wagner na maior precariedade de tráfego. Por isso, esses 596 milhões de reais já utilizados e mais 400 a 500 milhões previstos para serem utilizados até o final do mandato vão representar ações e iniciativas importantes para melhoria das nossas rodovias -, reconstrução e recuperação.

O governo já construiu aproximadamente 1500 quilômetros, recuperou mais de 10 mil quilômetros de rodovias que se encontravam totalmente deterioradas e, hoje, participamos deste evento no município de Vitória da Conquista onde estavam presentes prefeitos de vários municípios da região, vereadores, lideranças e parlamentares, entre eles eu, a deputada Marizete Pereira, Edson Pimenta, Adolfo Menezes, Jurandy Oliveira e João Bonfim, todos estavam lá prestigiando essa obra, esse investimento do governo Jaques Wagner que é da maior significação, da maior importância para a Região Sudoeste, Serra Geral da Bahia, Chapada Diamantina e regiões circunvizinhas.

Parabéns ao governo Jaques Wagner, estamos realmente comemorando, celebrando mais esse importante investimento de 66 milhões na Região Sudoeste para recuperação de rodovias imprescindíveis ao desenvolvimento do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, hoje se faz imperioso, meu caro Líder do governo desta Casa, um questionamento: a quem interessa a mentira, as reiteradas, as trapalhadas, vamos dizer assim, que tem feito o secretário Carlos Martins?

A pergunta que faço é se ele está tentando enganar a opinião pública e o governo do Estado para se manter no cargo ou efetivamente a secretaria está sendo comandada por alguém que desconhece os princípios básicos de uma contabilidade pública?

Vejamos a matéria hoje foi colocada no jornal pelo secretário Carlos Martins: inicialmente ele faz menção à arrecadação do ICMS de julho e ontem mesmo havia

dito que foi verificado na sexta-feira da semana passada que já tinha 796 milhões, poderia atingir no máximo, com muita folga, 804 milhões, mas o número básico chegaria a 802 milhões. E ele confirma o número oficial de 801 milhões.

Ao fazer essa contestação ele já começa a falar em absurdos. Ele faz uma matéria que coloca no jornal dizendo que a Bahia está crescendo, que venceu a crise. Ele disse que a Bahia e faz uma comparação do mês de julho, 801 milhões com o mês de junho onde a Bahia teve uma queda de 14,7%. Ele diz que cresceu nominalmente em 0,61 a arrecadação do Estado. Esquece o secretário Carlos Martins que é preciso fazer a comparação em todos os estados, o que Brasil inteiro faz é comparar julho deste ano com julho do ano passado. Ele faz a comparação no meio da nota, só que esquece a inflação e diz que teve um crescimento de 0,63%, mas quando mede a inflação que foi de 4,5%, que ele esquece, na realidade, no mês de julho, teve um decréscimo de 3,7 na arrecadação do Estado da Bahia.

O secretário Carlos Martins diz na sua nota que a Bahia é o estado que mais arrecada no Norte e Nordeste. É lógico, pois é o sexto estado da federação em termos de arrecadação, mas o que estamos questionando sempre é que é o último do Nordeste em crescimento de arrecadação durante o 1º quadrimestre de 2009, é o penúltimo do Brasil, o único estado do Nordeste que não teve crescimento, decresceu mais que 7% a arrecadação do Estado da Bahia no primeiro quadrimestre de 2009.

Deputado Waldenor, todos os estados do Nordeste tiveram crescimento. É o penúltimo estado do Brasil. Só há 3 estados, deputado Arthur Maia, em que o ICMS, mesmo com a crise, decresceu: Amazonas, Bahia, que é o penúltimo, e Minas Gerais que é o último. Mas o estado de Minas Gerais não deixou de pagar os empreiteiros, não tem escola deixando de funcionar, a administração continua normalmente porque está saneada, bem administrada. Houve um planejamento do que iria ocorrer e tomaram-se medidas para combater essa crise, e mesmo caindo a arrecadação, Minas Gerais, que teve no ano passado um crescimento estrondoso, está pagando em dia seus compromissos. Aqui na Bahia não, e mente mais uma vez o secretário ou tenta iludir a opinião pública e a classe política, talvez querendo criar um clima de expectativa dizendo que a Bahia se encontra em termos de arrecadação nacional num patamar histórico de 4,5%, não é verdade esse dado. A Bahia em 2004 alcançou 5,2% da arrecadação nacional e hoje está com 4,5%. Decresceu. Ele recebeu a Bahia com 5% de arrecadação e esta caiu. Então mente o secretário ao distorcer fatos e números. É por isso que ele não disse, e vou dizer aqui que a expectativa de arrecadação nacional da Bahia até o final do ano vai a 4,3, vai cair 0,9 ponto no que tinha em 2004, e com essa arrecadação a Bahia vai deixar de receber em torno de 2 bilhões, por incompetência, porque ao invés de corrigir os erros, tenta justificá-los.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o próximo orador, deputado Clóvis Ferraz, presidente da Unale, para a honra dos baianos, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas,

Srs. e Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias Paulo Jackson. Sr. Presidente, a Unale estará promovendo nos dias 27 e 28 de agosto na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, em Cuiabá, um seminário, o encontro das Comissões de Constituição e Justiça de todo o país para discutir o tema “Controle de Constitucionalidade”.

Estarão presentes a esse evento o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes; o presidente da Câmara Federal, deputado Michel Temer; o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, senador Demóstenes Torres; e diversos outros palestrantes, quando se discutirá o poder legiferante das Assembleias Legislativas de todo o país.

A Unale tem discutido, em seus encontros regionais, nas conferências anuais, a prerrogativa de legislar das Assembleias, a qual foi perdida basicamente, diria até, quase na totalidade, a partir da Constituição de 1988, que já tirou praticamente todas as prerrogativas de legislar das Assembleias Legislativas. Mesmo depois de 1988, o Congresso Nacional – a a Câmara e o Senado – continuou a tirar das Assembleias as poucas prerrogativas de legislar que ainda restaram.

Diria que a gota-d'água foi exatamente a Emenda Constitucional nº 15/96, porque foram retiradas das Assembleias as prerrogativas de legislar sobre a criação de municípios e a emancipação de distritos, que passou a ser prerrogativa do Congresso Nacional. De lá para cá, houve um verdadeiro rebuliço, porque muitas dessas emancipações ocorreram à revelia da lei, visto que a Câmara e o Senado não regulamentaram o § 4º, do art. 18 da Constituição. Muitos dos municípios emancipados, mais de 60, estavam ilegais, o Supremo Tribunal Federal deu um prazo para que isso fosse regulamentado, e Câmara, recentemente, regulamentou esses distritos criados à revelia da lei.

Apresentamos à Unale, através de projeto de resolução de mais de 1/3 das Assembleias do País, do senador Sérgio Zambiasi, a PEC 13/2003, que traz de volta para as Assembleias Legislativas a prerrogativa de legislar sobre a criação de municípios nos estados. Essa PEC, cujo relator é o senador pelo PSDB de Minas Gerais, vem sendo debatida no Senado há algum tempo e já foi aprovada em todas as comissões. Esperamos que ela seja votada para que, realmente, as Assembleias recuperem essa prerrogativa que lhes foi tirada pelo Congresso Nacional por meio de emenda constitucional.

Além disso, há diversas outras matérias, inclusive da legislação concorrente, como a defesa do consumidor, a segurança pública, que poderiam ser votadas pelas Assembleias. Mas é preciso que os deputados federais e os senadores tenham a compreensão de que é preciso devolver essas prerrogativas às Assembleias.

Por isso, vamos discutir, e esse é um passo importante,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) em Cuiabá, numa ação conjunta da Unale – União Nacional das Assembleias Estaduais, que tenho a honra de presidir, e da Assembleia Legislativa do Mato Grosso, o controle de constitucionalidade.

Estamos convidando todos os deputados das Assembleias Legislativas do País,

principalmente os presidentes das Comissões de Constituição e Justiça e os membros delas para participarem desse grande debate para que possamos dar um passo significativo na recuperação do poder legislativo das Assembleias Legislativas de todo o País.

Portanto, fica o convite, e espero contar com a participação dos deputados da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo Filho. (Pausa) Com a palavra o deputado Elmar Nascimento. (Pausa) Na desistência, com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Na realidade, ontem eu tinha vários assuntos para abordar no Grande Expediente, mas não tive a oportunidade porque falei sobre a tramitação de projeto dos parlamentares e, logo depois, a sessão caiu.

Queria saudar os concursados da Polícia Civil, representados pelo presidente da Associação, Deiró, e pelos demais membros da diretoria que estão aqui acompanhando esta sessão plenária. Essa luta é de todos nós. Estamos empenhados para que os concursados sejam nomeados o mais rapidamente possível, e já tivemos a garantia do governo de que eles serão nomeados este semestre. Não existe ainda uma data marcada, mas há o compromisso de nomear uma parcela dos concursados, repito, ainda neste semestre. E vamos continuar essa luta para que consigamos essa vitória, que tem como objetivo melhorar a segurança pública no nosso Estado.

Um outro tema que quero abordar aqui é o Curso de Formação de Juristas Populares da Paz que o Iapaz, Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social, iniciou no dia 25 de julho. Começamos esse curso com a aula inaugural proferida pelo procurador chefe do Ministério Público do Estado da Bahia, Dr. Lidivaldo Britto, que fez uma palestra sobre Direitos Humanos e Ministério Público.

Criamos um núcleo do Iapaz em Sussuarana e iniciamos a inscrição para esse curso, que está sendo um sucesso. A turma prevista era de 30 alunos, mas terminamos inscrevendo 40. A aula inaugural contou com a participação de todos e o curso começou já no dia 27 de julho, com aulas de Teoria do Estado, Teoria de Direito. Teremos também aulas sobre direitos humanos, Direito Penal, entre outros temas.

O objetivo desse curso, que terá a duração de 4 meses, 2 vezes na semana, é exatamente exercitar a cidadania. As pessoas precisam ter noção dos seus direitos e deveres, precisam aprender a fazer determinadas peças jurídicas que não necessitam da presença do advogado, como, por exemplo, um *habeas corpus*. Enfim, é uma contribuição do Iapaz para a cidadania.

Esse curso está sendo realizado com professores voluntários e não recebemos nenhum recurso para ministrá-lo. É um esforço coletivo do Iapaz, entidade da qual tenho o prazer e a responsabilidade de ser presidente, numa ação conjunta do núcleo de Sussuarana, da comunidade do bairro, um dos mais atingidos pela violência na nossa capital e até mesmo no Estado da Bahia.

A nossa ideia é expandir o núcleo do Iapaz para outros bairros e também promover a expansão das iniciativas. Queremos deixar claro que esta é apenas uma iniciativa do Iapaz e do seu núcleo de Sussuarana, porém essa não é a única ação do instituto. É apenas uma das suas inúmeras iniciativas.

Portanto, o Iapaz se expande e dá a sua contribuição para o exercício da cidadania e da construção duma sociedade com paz e justiça social.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, temos conhecimento através dos *blogs* especializados em política, e até pelas palavras do deputado Valdeci, da demissão do secretário da Educação, Sr. Adeum Sauer.

Infelizmente S.Ex^a será marcado definitivamente na sua trajetória pública como o primeiro secretário da Educação da Bahia que não construiu uma única sala de aula nos quase 3 anos da sua administração.

Deputado João Carlos, ele ficará marcado na história como aquele que, apesar de ter à sua disposição o maior orçamento do Estado, não construiu sequer uma única sala de aula. Não o conheço pessoalmente. Não sei das suas qualidades ou dos seus defeitos. Acredito que a culpa, a responsabilidade não é apenas dele, mas também daquele que é o responsável maior por determinar as diretrizes, as ações e cobrar a sua execução: o governador Jaques Wagner.

No entanto o fato é, Srs. e Sr^{as} Parlamentares, que o governo Wagner nestes dois anos e meio de administração conseguiu, como em outras áreas, é verdade, desconstruir tudo aquilo de eficaz e produtivo que havia sido implantado na educação pública do nosso Estado.

Se antes a preocupação era com a melhoria da qualificação profissional; se a preocupação antes era se capacitar melhor os professores, se a preocupação antes era dotar o Estado de uma rede física estruturada para poder receber a demanda de matrícula da rede pública, o que se vê hoje é que a preocupação é com as pessoas que não existem para proceder ao serviço de limpeza das escolas; a preocupação é com a ausência de mais de 7 mil professores nas salas de aula.

Esse, Sr. Presidente, é, infelizmente, o retrato, a fotografia da educação pública no governo e na gestão do governador Jaques Wagner. Um descaso, uma incompetência que, infelizmente, já está causando à nossa população estudantil graves reflexos; reflexos que aparecem na piora do aprendizado dos nossos alunos.

E queira Deus, Sr. Presidente, que essa secretaria não seja mais uma a ser colocada em um balcão de negócios, a ser colocada como moeda de troca de favores e de apoios políticos. Rogo a Deus que S. Ex^a o governador tenha um momento apenas de lucidez e procure escolher um quadro técnico competente que possa fazer ainda o milagre de resgatar a nossa educação que, infelizmente, se encontra no chão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com toda a tolerância da Presidência, V.Ex^a termina o seu pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Grande Expediente

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Pedro Alcântara, da região do Baixo e Médio São Francisco, de toda a Bahia, Pilão Arcado, nosso conterrâneo Pedro Alcântara. V.Ex^a terá até 25 minutos, e se precisar, claro, V.Ex^a terá também um aumento no seu tempo.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Maria Luiza Laudano, política competente que representa com muita dignidade a mulher nordestina, baiana e brasileira, ex-prefeita, ex-deputada, deputada novamente, quem sabe não seria uma boa vice para o futuro governador da Bahia Jaques Wagner em renovação do seu mandato. Precisamos fortalecer cada vez mais a política da mulher. Tenho a honra também de a minha esposa ser uma política atuante, pela segunda vez vice-prefeita de Juazeiro, e é uma honra para nós que sempre estimulamos a participação da mulher na política.

A imprensa, aqueles que nos honram com as suas presenças, ouvintes da nossa *TV*, retornamos aos trabalhos legislativos. Ontem reiniciamos os nossos trabalhos, há tempos aqui nesta Casa, acredito, que o balanço no primeiro semestre foi altamente positivo. Nós sabemos que o Parlamento ainda, diante da opinião pública, deixa muito a desejar, talvez até pela estrutura que temos, pelo vícios que há no Parlamento.

Vemos agora o maior Parlamento do Brasil, que é o Senado, numa crise quase sem saída, se olha e não se enxerga no fundo do túnel a luz ainda para tirar a Câmara mais alta que, juntamente com a Câmara dos Deputados, deputado Isaac, faz o nosso Congresso Nacional, e uma crise sem precedentes na sua história. Homens notáveis da política brasileira, Pedro Simon, o presidente do Senado, homem com uma longa vida política que já foi até presidente da República, outros deputados num debate que nada soma para a Nação brasileira. Precisamos, ainda, embora haja uma sinalização muito forte, sair de uma crise econômica da qual não somos culpados, é bom frisar, mas estávamos dentro dela, por ser um País emergente... Em vez de discutir questão da ordem do dia nacional, uma agenda positiva, ficam revendo, tirando os “cadáveres” de cada um do guarda-roupa. Isso nada soma.

Imagine o nosso Parlamento baiano, embora seja considerado um dos melhores parlamentos brasileiros... E nós, como o deputado Clóvis Ferraz, que tem uma participação efetiva na União das Assembleias Legislativas do Brasil, desde a UPI, conhecemos profundamente os parlamentos brasileiros e entendemos que esta Casa é uma Casa produtiva, é uma Casa da qual podemos vangloriar-mo-nos de pertencer a ela e fazer com que realmente trilhe o caminho certo de atender a demanda reprimida da população baiana.

Nós entendemos e fazemos uma crítica aqui, por ser um deputado distrital, desde o primeiro mandato – já estamos no sexto... E não acontece, pela fraqueza da Câmara dos Deputados de não ter coragem de fazer uma reforma política tão necessária e tão precisa para o nosso Estado, de não fazer uma reforma tributária, que os municípios e o Estado clamam por ela, porque, enquanto de não tivermos uma reforma tributária neste País, nós teremos um governo central forte e governos estaduais fracos e municípios mais fracos ainda, porque a divisão do bolo chega tarde e é inadequada para atender à demanda dos estados e dos municípios. Por isso, entendo eu que a Câmara dos Deputados, principalmente, e o nosso Congresso Nacional devem a este País uma reforma tributária e uma reforma política. Fala-se “logo após as próximas eleições...” Nós vamos ver aqui o “beabá” da reforma política, vamos ver alguns políticos interessados que não querem, nos palanques eleitoreiros e não eleitorais, pregarem a reforma política e ainda não vão fazê-la. Precisa-se tomar uma posição de Nação para que aconteça e nós coloquemos cada qual no seu cada qual. É por isso que, quando chegam as eleições, não temos uma agenda política, temos uma agenda eleitoral, e apressada, em função das medidas que são tomadas na “boca da urna”, não digo nem na véspera das eleições.

Como eu dizia, sendo deputado distrital, embora tenha tido um problema de saúde na minha família, de uma pessoa muito próxima a mim, dediquei-me a essa questão nesse recesso, e graças a Deus, porque ele sempre acompanhou meus passos, está tudo resolvido com a bênção de Deus e o avanço da Medicina, médico que sou, necessitando até da Medicina de alta complexidade para resolver esse problema. Graças a Deus, acredito que o problema está 99,9% sanado, depende agora da vontade de Deus e da paciência nossa. Mas andei e ando muito na minha região, que a conheço. Fui até, recentemente, chamado pela imprensa de “soldado de todos os governos”. Não me ofendem ao chamarem-me de “soldado”, porque sempre na minha vida fui um “soldado”, ainda não tive a condição de uma patente nem de cabo. E me orgulho disso.

Quando vemos as corrupções baterem, os generais às vezes estão envolvidos, mas os cabos jamais, porque não têm oportunidade nem de serem corruptos. Mas eu não sou um “soldado de todos os governos”, sou um “soldado” de um pedaço de chão abandonado, pelo qual grito aqui de há muito, e as demandas ainda existem em quantidade. Mas, a bem da verdade, se tem um governo hoje... É por isso que em pesquisas recentes feitas pelo instituto que acompanhou todo o processo eleitoral de Juazeiro, na eleição municipal, quando dizia que a nossa aliança ganharia a eleição, com o companheiro Isaac na cabeça da chapa e dona Gorete – aliança entre o PCdoB e o PR – e as pesquisas apontavam no rumo certo, esse mesmo instituto, que deu uma visão progressiva da nossa ação política, hoje dá, deputado Isaac, o governador Jaques Wagner “disparado” na região de Juazeiro. O deputado Roberto Carlos é testemunha disso, que é parceiro de uma grande aliança política local em Juazeiro, independente das nossas querelas políticas, mas estamos unidos, lideranças fortes em Juazeiro em torno do governo Jaques Wagner.

O governador Jaques Wagner foi muito feliz quando chegou em Juazeiro e

colocou suas questões de ordem política na sua agenda política. Na inauguração de um dos maiores hospitais, não digo da Bahia, mas do Brasil... Nós hoje podemos nos orgulhar, eu o deputado Roberto Carlos, que somos da aliança que dá sustentação ao governo nesta Casa, de dizer que temos um hospital à altura do que Juazeiro clamava e necessitava. Um investimento de mais de R\$ 30 milhões. Obra encontrada parada, embora se formos ver nos Anais desta Casa, já cobrávamos essa obra. Obra com recurso atrasado, que diziam que o governo agora não paga, mas pagou as contas do passado e também as do presente, e entregou no aniversário da nossa cidade, nos seus 131 anos, o maior complexo hospitalar do Norte e Nordeste do Brasil.

O tecnicismo de alta complexidade está à altura, as ambulâncias não tráfegaram mais rumo à Salvador, porque não há mais necessidade, porque já se atende em Juazeiro desde oncologia, emergência, urgência, ultrassonografia, tomografia, ressonância magnética. Enfim, dez leitos em UTI, recém-inaugurados. Foram inaugurados e no mesmo dia estavam funcionando. É verdade que há a necessidade de que se diga isso a Bahia!

Era uma questão humilhante a da ponte de Juazeiro. Logo quando reassumi o meu mandato, batizei-a de “ponte picolé”, porque só em um lugar, e tenho gritado por aqui, se faz uma ponte, deputado, faz-se a parte de Pernambuco e se deixa a da Bahia! Por incrível que pareça! E o presidente Lula, na sua ida lá, foi enfático em dizer: a culpa é do prefeito anterior, porque não deu a devida atenção no momento exato para negociar a ponte, como Petrolina fez.

E graças a Deus na próxima semana, numa ação conjunta do governo da Bahia, do governo federal, do DNIT, do Dr. Saulo Pontes, um guerreiro em relação a essa questão, e também a Bancada federal da Bahia... Quero até enaltecer, independentemente de questões político-partidárias, os três deputados de Juazeiro, o deputado Jorge Khoury, que é um homem decente, o deputado Joseph Bandeira e o deputado Edson Duarte, e a nossa luta como deputado estadual, que inúmeras vezes fui a Brasília e aqui no DNIT para cobrar uma ação para que viesse ser resolvido o impasse.

Na próxima semana será instalado em Juazeiro o canteiro de obras para fazer a duplicação tão necessária da ponte Presidente Dutra, que liga Juazeiro a Petrolina. São quase R\$ 15 milhões de investimento. E não basta para Juazeiro! Uma ação conjunta do governo da Bahia e, mais uma vez, da Bancada federal, e agora de toda a Bahia, uma emenda de R\$ 30 milhões já está à disposição, e o projeto já sendo feito para ser concluído em 45 dias, projeto do sistema de acesso à ponte, com cinco viadutos que vão transformar totalmente a parte estética da nossa querida Juazeiro.

Mas não bastava! A nossa economia, hoje, é centrada na agricultura irrigada, e a crise da economia internacional teve um reflexo muito forte na economia local, haja vista que a queda do dólar e o fechamento dos mercados, com uma ação forte na nossa rede compradora na Europa, Japão e Estados Unidos, fizeram com que os nossos produtos fossem vendidos a preço de banana, e veio a crise forte do polo de Juazeiro e Petrolina.

E mais uma vez com uma ação conjunta do governo da Bahia, do governo de

Pernambuco e do secretário da Agricultura, Roberto Muniz, foram feitos alguns seminários com as secretarias itinerantes, e conseguimos que do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil chegasse o socorro do crédito, não só para recompor as dívidas, não só elastecer as dívidas, mas dinheiro novo para manter a ação da fruticultura, com a ação de imediato do governador Jaques Wagner.

Queremos agradecer em nome daqueles que produzem, que geram empregos. A agricultura irrigada é a maior cadeia empregadora hoje, é a solução para a renda e para a geração de emprego. E com a ação dos governos de Pernambuco e da Bahia e do Banco do Brasil e do Banco do Norte, por ordem expressa de S.Ex^a o presidente da República, equacionamos e solucionamos. Hoje voltamos a produzir e a crise está vencida.

Por isso temos o dever e a obrigação de vir e dizer a Bahia das ações do governo em nossa região. E não basta para Juazeiro. Na ida do Mangabeira Unger, por ordem expressa do presidente da República a Juazeiro, em um seminário, o ex-ministro do presidente Lula, o grande estadista brasileiro, estudioso do problema do Semiárido, dizia que não há solução para este país se não houver solução para o Nordeste. E num grande seminário aqui realizado pelo governo do Estado e pelo Banco do Brasil o já secretário, o bem-vindo secretário do Planejamento Walter Pinheiro, dizia: não há solução para o Nordeste e para o Brasil se não houver solução para o Semiárido brasileiro.

Juazeiro é o coração do Semiárido. Juazeiro é centro do Semiárido, e nós temos uma posição privilegiada que nos liga em quase a mesma distância entre Recife e Fortaleza, Aracaju e Salvador.

Poderemos ser um grande centro de distribuição, que está sendo maturado no sistema embrionário no seio do governo, para que tornemos aquela região o centro de distribuição, um novo mercado produtor, porque esse mercado gera, em Juazeiro, R\$ 800 milhões por ano, é o maior entreposto do Norte e Nordeste e o terceiro do Brasil. Logo, há necessidade de se olhá-lo com uma visão diferente, não com uma visão caótica de um mercado estrangulado. Estamos com uma área de mais de 10 mil hectares e, recentemente, discutimos com uma das maiores empresas de assessoria do mundo – que já está em Juazeiro, por determinação da Secretaria da Agricultura, para formar parceria entre o município e o governo – para dotarmos Juazeiro de um grande centro de distribuição da região, tornando-a não só um mercado produtor mas também um parque de exposição para as grandes empresas se instalarem.

E já está também licitado, para execução da obra por mais de R\$ 100 milhões, o trecho entre Canxé e Uauá, município que tem história neste Estado e neste País. Serão setenta e três quilômetros de rodovia asfaltados, e já há o projeto de execução Uauá/Juazeiro, para que sejam menos trezentos e cinquenta quilômetros de Juazeiro a Aracaju. Será o grande desenvolvimento por que passa o Semiárido.

A BR-122, cujo projeto já está sendo autorizado pelo governo do Estado, liga Juazeiro à região de Irecê, dois polos produtores na área da agricultura, passando pelo Vale do Salitre – região abandonada e não olhada há muito tempo. Por isso é que sou um soldado e o porta-voz daquele povo, que nunca me negou a sua representação

nesta Casa.

E tem mais: a BR-235 não vai parar só de Uauá a Juazeiro, não, vai até a divisa do Piauí, até Campo Alegre de Lourdes. Recentemente, na Fenagri – Feira Nacional de Agricultura Irrigada, que ocorreu em Juazeiro, entre 15 e 17 de julho, onde foram negociados mais de R\$ 100 milhões, houve um encontro entre os governadores da Bahia, Jaques Wagner, e do Piauí, Wellington Dias, para que a BR-020 também seja interligada com a BR-235 a fim de desenvolver esses Estados-irmãos, porque se ontem vimos os Estados do Nordeste competindo, hoje vemos uma ação de unificação entre eles, que é a solução para o Semiárido do Nordeste do Brasil. E isso não basta, porque a demanda reprimida é muito grande.

Juazeiro, hoje, é o primeiro produtor de caprinos no Brasil, o nono de ovinos e o primeiro na Bahia. Agora, com incentivos da Secretaria da Agricultura, por determinação do governo do Estado em parceria com a prefeitura, estamos fazendo grandes feiras nos distritos de Juazeiro, para encerrar com uma grande feira na sede do município. Já foram realizadas duas, e, no domingo, estivemos no distrito de Pinhões, que será beneficiado pela BR-235, e hoje todas essas estradas estão patrulhadas, coisa que não ocorria antes.

É preciso também, e aqui vou cobrar, o esforço não só dos organismos da prefeitura, por intermédio do secretário da agricultura, Jairton, por determinação do Sr. prefeito Isaac, mas também do Estado, por intermédio da ADAB, pois tivemos um volume de venda de caprinos muito alto, mas faltaram os agentes creditícios. Mais uma vez, fica a minha fé no Banco do Brasil e no Banco do Nordeste, para que estejam presentes à Feira do Bode, que será realizada, em agosto, em Massaroca, outro distrito grande, localizado na BR-407, um dos distritos mais antigos de Juazeiro, a fim de financiar o rebanho para a melhoria dele.

Portanto, hoje há um programa nas vinte e nove ações da Secretaria do Planejamento do Estado, algumas ratificando e outras precisando ser ratificadas, para pôr Juazeiro no devido lugar dele.

Deputado Roberto Carlos, sei que V. Ex^a tem sido um parceiro, ajudou a construir também esse governo, o qual não ajudei a construir, mas estou ajudando a sustentá-lo, convicto de que é um bom projeto, um projeto democrático, republicano, que dá oportunidade a todos e é voltado principalmente para a classe que mais defendi aqui: a dos mais abandonados.

É por essa visão que, hoje, muitos dos que estavam no palanque contrário ao presidente Lula aplaudem o governo dele, inclusive eu o ex-governador César Borges, de quem fui Líder nesta Casa, convicto de que ele voltou os olhos e as ações do governo para os mais humildes e os mais pobres da Nação brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a pesquisa é uma realidade, aponta o governador Jaques Wagner na liderança de todas as pesquisas feitas por todos os partidos.

Já está sendo elaborado pelo Derba, e aqui vai um recado para a minha querida Remanso, onde, a bem da verdade, o governo Paulo Souto fez uma estrada ligando a divisa de Pernambuco a Casa Nova e restou uma área crítica, que é a de Casa Nova

para Remanso, na localidade próxima à divisa dos dois Estados chamada Lajedo. Agora, com recursos do DNIT, mais uma vez o DNIT e o Dr. Saulo, é importante citar essa pessoa aqui, porque é um homem trabalhador, embora haja muita dificuldade em colocar obras, deputada Maria Luiza Laudano, por conta dos embargos do Tribunal, do Ibama, do Ministério Público, é uma novela – V. Ex^a que foi prefeita sabe que esse é um trabalho muito grande – mas, depois de vencer toda essa burocracia, felizmente está na fase final da elaboração do projeto para recuperar cerca de 70 quilômetros que faltam para ligar Juazeiro a Remanso.

Claro, respeito a opinião daqueles que estão no palanque da oposição, faz parte do processo democrático e eu nunca deixei de ser democrata, mas não terei dificuldade de nos palanques da minha região defender a candidatura do governador Jaques Wagner. Ele é realmente um homem de ação, um cavalheiro, um amigo e, em Juazeiro, o tempo em que ele passou lá foi atencioso e cordial com todo mundo. Reuniu-se com todos que queriam discutir o problema da região. E não tem se negado a atender as lideranças em momento algum, inclusive aos sábados, quando fez uma reunião de mais de 3 horas na Governadoria, coisa que eu nos meus 20 anos de mandato nunca vi, e atendeu os agricultores de Juazeiro. Foram quase 4 horas para falar sobre este momento de crise.

Confesso-lhes sem nenhuma cabotínice, sem tirar vantagem de nada que não tive favor pessoal de nenhum governo. Estou há 20 anos nesta Casa e nunca reivindiquei um cargo de segundo ou terceiro escalão em nenhum governo. Desafio, que apontem aqui. Não brigo por cargos com o governo, não brigo com a Oposição, brigo, sim, por uma atenção para a minha região, porque é o meu dever e foi para isso que meu povo me colocou aqui. Portanto, reafirmo hoje, agora que não terei nenhuma dificuldade de estar ao lado do governador Jaques Wagner defendendo a sua reeleição.

E eu dizia no início da minha fala que sou um deputado distrital, não conheço a realidade de Jequié, não conheço a realidade de Ilhéus, não poderia vir aqui falar desses municípios, mas a de Juazeiro, Capitão Tadeu, eu conheço. Converso muito com V. Ex^a, que inclusive já esteve em minha casa de Juazeiro e sabe que é uma casa humilde localizada num dos bairros mais humildes da cidade. Estou fazendo agora 35 anos de formado em medicina, 20 anos operei na Santa Casa, mas nunca tive coragem de cobrar uma cirurgia ou uma consulta de ninguém, entendo que medicina não é profissão para ganhar dinheiro, assim como através da política. Não condeno aqueles que têm suas ações que visam acumular recursos, mas essa não é a minha praia, a minha é esta tribuna. A minha praia é defender a minha região, e é por isso que próximo a concluir este pronunciamento, em nome do nosso partido, que hoje é um partido com 6 deputados estaduais, 4 apoiam este governo e 2 fazem oposição, respeito aqueles que optaram pela oposição. Todos os acordos dentro da nossa Bancada foram cumpridos pelas partes. Estamos a discutir qual o encaminhamento para a próxima eleição, porque precisamos dos 6 deputados do PR, cada um na sua área, cada um com sua visão, mas é uma Bancada presente aqui, com relevantes serviços prestados, tanto nós que apoiamos o governo como os colegas que estão na

Oposição, naturalmente por questões político-partidárias.

Esperamos que o ex-governador e hoje senador César Borges na sua vinda reúna o partido, a Bancada estadual, para discutir o encaminhamento dessas questões que será com certeza um compromisso do senador e presidente do partido decidir democraticamente.

Na nossa visão, dentro do partido republicano e democrático, como tem agido até agora, se mantivermos esta mesma Bancada, se não for necessário a saída de algum parlamentar para outra legenda por questões de ordem legal – porque de ordem política não há, nos damos muito bem, todos nós os seis deputados –, que haja uma liberação pacífica. E não havendo, que esteja liberado cada deputado para apoiar o palanque que achar conveniente dentro da sua convicção.

Infelizmente ou felizmente a política brasileira hoje é isso. Não tenho lado determinado pela ideologia política. Mais do que nunca, felizmente, estou livre para tomar o meu caminho, porque devo a Deus, em primeiro lugar, à compreensão da minha família – que tem um homem doente, contaminado pela política desde a juventude no movimento estudantil – e, acima de tudo, a todos os eleitores livres e independentes da minha terra.

Porque na eleição passada fiquei, pasmem os senhores, sem o palanque da oposição, sem o palanque do governo, sem ter um vereador me apoiando, às vésperas das eleições perdi três municípios por ordem não sei de quem, mesmo assim eu tive, pela gratidão do povo de Juazeiro, quase 16 mil votos naquela cidade. Tinha apenas, deputada Maria Luiza Laudano – não por falta de articulação política, mas porque nunca fui puxa-saco nem baba-ovo de ninguém –, um suplente de vereador me acompanhando na minha campanha, porque acreditava em mim.

Graças a Deus, tive um período de férias compulsórias. Foi até bom, porque vi que tinha mulher, filhos, família e amigos durante o ano e tanto que passei fora desta Assembleia. Na realidade, estive numa salinha aqui pertinho, haja vista a indicação unânime dos meus pares desta Casa que foi acatada pelo nosso amigo Marcelo Nilo, presidente deste Poder. Isso me levou a hipotecar o apoio a sua reeleição, porque sou homem grato na vida, mesmo que às vezes sofra algumas ingratidões. Enfim, não saí em momento algum do calor desta Casa. Se o meu carro vier sem piloto, ele se dirige ao CAB e a esta Casa, porque aqui estou há 20 anos, aqui é a minha segunda casa.

Por isso, Sr. Presidente, com a tolerância de V.Ex^a, já concluindo, quero dizer que me sinto muito à vontade para defender a reeleição do governador Jaques Wagner, em nome da minha região, de um povo que tenho a honra de representar nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PCdoB para falar ou indicar o orador por até 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o camarada Álvaro Gomes, este valoroso colega.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por até 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, mais uma vez saúdo todos os presentes às Galerias Paulo Jackson. Início minha fala pedindo para que seja inserido nos Anais desta Casa uma abordagem feita pelo presidente de Cuba, Raúl Castro, publicada no *Vermelho*, que é a página na Internet do Partido Comunista do Brasil.

O título é o seguinte: *“Raúl Castro: Não fui eleito para restaurar o capitalismo em Cuba”*. E vem o texto: *“Eu não fui eleito presidente para restaurar o capitalismo em Cuba, nem para entregar a Revolução. Fui eleito para defender, manter e continuar a aperfeiçoar o socialismo, não para destruí-lo, afirmou, neste sábado, o presidente de Cuba, Raúl Castro, em seu discurso perante os deputados cubanos”*.

Então, Raúl Castro reafirma mais uma vez o socialismo em Cuba. Em que pese a crise mundial, segura com muita garra os princípios revolucionários para manter o socialismo naquele pequeno país, mas que é um grande exemplo mundial.

Para se ter uma ideia, ainda o Raul Castro, comentando sobre a questão da saúde, ele ressalta que: *“somos dos poucos países do mundo que podem afirmar que tem controlada a pandemia do vírus AH1N1, afirmou.*

Informou que até a sexta-feira pela noite quando em 171 nações crescia sem freio a doença, e segundo relatório dos próprio estados à Organização Mundial da Saúde há cerca de 177 mil contagiados e os mortos ultrapassam a cifra de 1.100, em Cuba se confirmaram 242 casos.

De todos eles, 232 já se encontram de alta médica e os 10 restantes, até ontem à noite, apresentam uma evolução favorável e não foi preciso lamentar complicações nem o falecimento de nenhum.”

Portanto, observa a abordagem de Raul Castro reafirmando a questão do socialismo em Cuba e as condições de saúde. Enquanto a pandemia da chamada gripe suína se espalha pelo mundo inteiro e já matou centenas de pessoas, lá em Cuba não houve sequer uma morte provocada pelo vírus AHINI. Há o controle, até o momento, dessa pandemia. É o exemplo de como funciona a saúde naquele país, por isso eu pediria para inserir nos Anais desta Casa esta matéria do site www.vermelho.org.br, que é o site vinculado ao Partido Comunista do Brasil, com o título: “Raul Castro: não fui eleito para restaurar o capitalismo em Cuba.”

Outra questão que gostaria de abordar também é a organização do nosso Partido, a preparação para o 12º congresso. Estamos realizando as conferências municipais, vamos realizar a conferência estadual, e o 12º congresso do Partido Comunista do Brasil acontecerá em novembro em São Paulo, onde vamos fazer uma atualização sobre o programa do Partido Comunista do Brasil, discutir a conjuntura política nacional e internacional, portanto, aperfeiçoar a nossa tática e a nossa estratégia para esse novo momento político.

Nós estamos organizados em 364 municípios do Estado da Bahia, estamos

realizando conferências e pretendemos fazer uma em nível estadual bastante participativa e representativa. Recentemente estive num encontro regional em Feira de Santana, estamos participando das reuniões e vamos participar das conferências no Estado da Bahia.

Portanto, o Partido Comunista do Brasil se organiza, se prepara para novos embates, inclusive no próximo período, 2010, grande embate eleitoral, onde nossa meta é crescer e dar continuidade ao projeto progressista nacional e estadual, aqui com Wagner à frente desse processo de consolidação da democracia e das forças progressistas em nosso Estado.

Gostaria de abordar por último e também ressaltar aqui a importância do 2º Encontro Estadual da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Estado da Bahia. Nós tivemos o encontro da CTB, que tem como objetivo se preparar para o 2º congresso da CTB Brasil, é uma central que está colocada entre as mais combativas e uma das maiores centrais no nosso país e é uma central que tem tido uma participação efetiva nas lutas dos trabalhadores, das trabalhadoras e, sem dúvida nenhuma, se consolida a cada dia.

Nós tivemos a presença, nesse encontro, de 575 delegados e a presença de 130 cidades do nosso Estado. Estive presente na abertura do encontro e lá fiz um pronunciamento sobre a situação internacional, sobre a situação do nosso Estado e a situação dos trabalhadores. Evidentemente que o encontro teve como centro, como slogan principal a unidade para enfrentar a crise, onde queremos aqui afirmar aqui, mais uma vez, de que os trabalhadores não podem, em hipótese alguma, pagar a crise.

E nesse sentido, a CTB, com várias outras entidades, organizam o dia 14 de agosto como o Dia Nacional de Luta pelos Direitos Trabalhistas e Melhorias Sociais. Portanto, é um dia nacional de movimentação, de mobilização dos trabalhadores na consolidação da democracia, na conquista de melhores salários, de melhores condições de trabalho e nas conquistas sociais, na manutenção e ampliação das conquistas sociais.

Nós tivemos uma diretoria eleita nesse encontro estadual da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, seção Bahia; tivemos a reeleição do nosso camarada Adilson Araújo, Presidente; Dalva Leite, 1ª vice-presidente; Ana Rita, 2ª vice-presidente; de Florisvaldo Bispo, que é da construção civil; como secretário-geral, Jean e demais dirigentes daquela entidade dessa Central combativa, que é a CTB.

Portanto, a nova direção é uma reafirmação da combatividade, do trabalho que vem realizando, que vem fazendo em defesa dos trabalhadores e da sociedade, e a CTB se fortalece, se consolida, cresce aqui no nosso Estado e se expande para o Brasil inteiro. Nós estamos organizados, a CTB está organizada em todo o país e, sem dúvida nenhuma, realizará um II Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras bastante representativo, consolidando, assim, a sua representatividade, combatividade, como uma entidade representativa dos trabalhadores.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o Líder do Governo ou da Maioria, ou representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Isaac Cunha.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Por todo o tempo deputado Isaac Cunha. Antes, convido o deputado Fernando Torres, 2º vice-presidente, para me substituir, por gentileza, deputado.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros das Galerias e jornalistas presentes nesta sessão, volto, mais uma vez, após o recesso, a esta Tribuna para chamar a atenção desta Casa, a atenção dos jornalistas que estão aqui, hoje, cobrindo esta sessão e de todos aqueles que estão presentes neste ambiente, que estão escutando nos gabinetes, para um fato relevante, importante e que deve ser por todos apreciado e tomada uma posição, hoje, neste país. (lê) *“É que acredito que há um movimento ocorrendo, neste momento em nosso país e que, por sua importância, deve ser intensamente debatido nesta Casa”*.

Os veículos de imprensa de todo o Brasil estão noticiando uma matéria que causa imensa preocupação a todos aqueles que sentiram, e ainda sentem, as consequências desastrosas da onda neoliberal que assolou todo o mundo e cujos efeitos estamos sentindo agora, de forma mais concreta, com a crise mundial que destroça a economia de muitos países, sobretudo nos países mais desenvolvidos.

O Supremo Tribunal Federal adiou para a próxima quarta feira, dia 05 de agosto, a proclamação do resultado dos votos na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 46 que propõe a quebra do monopólio dos correios na entrega de correspondências comerciais e encomendas, proposta em 2003 pela Associação Brasileira de Empresas de Distribuição. - ABRAED.

Eu chamo a atenção para este fato, pois, num momento em que as atenções dos movimentos populares, sindicatos e representações estudantis se voltam para a defesa do pré-sal, que sofre ataques virulentos por parte de muitos neoliberais, outro movimento está se dando, de forma mais discreta, visando enfraquecer a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de modo a implementar novamente uma agenda neoliberal para o nosso País. Então é preciso que os representantes da imprensa aqui presentes, que meus colegas deputados, que os membros dos movimento sociais atentem para isto: há um movimento sendo orquestrado neste momento para enfraquecer a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de modo a torná-la obsoleta e incapaz de prestar os serviços que fizeram dos Correios a empresa brasileira com maior credibilidade e aprovação dos consumidores.

Os neoliberais estão querendo retomar a 'privataria' em nosso País.”

Não posso, de maneira nenhuma, deixar de falar nesta tribuna, de chamar o povo brasileiro para um momento importante.

“A intenção desta ação é restringir o monopólio postal dos Correios às entregas de cartas pessoais, escritas à mão. Ou seja, se isso for aprovado, à iniciativa privada

caberia a parte boa da laranja, a mais rentável, a que, a cada dia, é mais utilizada: a entrega de todas as correspondências produzidas por meios mecânicos: jornais, revistas, boletos de cobrança, correspondências comerciais e as encomendas.

O que estão chamando simplesmente de 'quebra do monopólio dos Correios' é, em verdade, a 'quebra dos Correios'. Se este for o entendimento dos ministros do STF, e esperamos que não seja, os brasileiros poderão assistir ao fim desta empresa pública. É que estão querendo estabelecer que a parte mais lucrativa da cadeia, estratégia para o País, possa ser controlada inclusive por empresas estrangeiras, e o que corresponde a aproximadamente metade da arrecadação dos Correios pode ir para as mãos de parques bilionários, causando desemprego em massa e a privatização de uma empresa que, assim como a Petrobrás, vem sofrendo virulentos ataques do grande capital internacional.

E digo que é um movimento orquestrado, pois em política não existe coincidência. Jabuti não sobe em árvore. Se alguém enxergar um jabuti em uma árvore, é porque alguém o colocou lá. E esta orquestração não se resume a um questionamento ao STF. Ela também existe na Câmara dos Deputados.

Está clara a intenção do projeto de lei nº 3.677/2008 proposto pelo deputado federal Sr. Régis de Oliveira, PSC-SP, que inclusive já teve parecer favorável à sua aprovação da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: sob o disfarce de agressão aos princípios constitucionais da livre concorrência e da liberdade de iniciativa, o objetivo do projeto é o mesmo da ação proposta no STF: privatizar os Correios.

Vale lembrar que os Correios prestam serviço público-social e não somente uma atividade econômica!

Portanto, quero aqui afirmar que o meu mandato estará na trincheira da defesa dos Correios e pela manutenção de seu monopólio. E aproveito a oportunidade para me dirigir aos meus colegas nesta Casa e dizer que assim como se criou uma Frente Parlamentar em defesa da Petrobras e do Pré Sal, também atacados neste momento pelos neoliberais, é preciso agora que este Parlamento de levante em defesa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que pode estar sofrendo agora um golpe mortal.

É preciso que os sindicalistas, estudantes e parlamentares se unam na defesa deste patrimônio do povo brasileiro, um patrimônio do qual eu faço parte, que está sendo atacado pela sanha de lucro das grandes empresas internacionais que estão de olho nos lucros dos Correios.”

Quero dizer, caros parlamentares, companheiros, que sou funcionário dos Correios. Há alguns anos vimos sofrendo pressão naquela empresa de que os Correios vão ser privatizados. O que me chama a atenção é que, se privatizarem os Correios, teremos um funcionamento precário. Cidades como Lafaiete Coutinho, Manoel Vitorino sobrevivem porque existem cidades maiores que arrecadam o suficiente para bancar os funcionários daquelas cidades. Não podemos permitir que o capital internacional, a iniciativa privada venha tomar conta desse maior patrimônio, depois da Petrobras, que são os Correios, uma empresa que vem prestando um serviço

relevante à população.

Nas campanhas sociais, nas campanhas preventivas da saúde pública, os Correios estão lá prestando serviço importante para a sociedade. Na educação, na entrega de livros, estão lá os Correios. Não podemos permitir que esse monopólio seja privatizado. Não podemos permitir que essa empresa que tem prestado serviços importantes venha a ser hoje vendida, quebrada. Hoje uma carta simples custa menos de R\$ 1,00. Os Srs. Deputados sabem que uma carta que mandamos para os nossos eleitores custa R\$ 1,00. Se os Correios forem privatizados, teremos dificuldade em mandar cartas, como deputados, imaginem a população carente que hoje paga menos de R\$ 1,00 por uma carta.

Os Correios prestam à sociedade, ao povo carente, um serviço social. Hoje o povo que não pode pagar uma carta, pode mandar uma carta por R\$ 0,01. Pouca gente sabe disso, mas o povo, a comunidade paga R\$ 0,01 por uma carta a qualquer parte deste País. Só os Correios, hoje, como iniciativa pública, empresa pública, é que tem condições de manter isso. O caro deputado Capitão Tadeu, qualquer pessoa da sua comunidade, carente, que não tenha salário, poderá mandar uma carta hoje por apenas R\$ 0,01. Há muito tempo! Se privatizarmos essa empresa, Capitão Tadeu, nenhum cidadão brasileiro carente, o trabalhador comum desempregado, terá condições de colocar essa carta nos Correios.

Então, temos que estar atentos a isso. Chamo a atenção desta Casa de que precisamos levantar uma bandeira aqui na Bahia. Como deputado que estou hoje aqui, não posso me furtar a levantar essa bandeira nessa luta. Como dizia o nosso Pedro Alcântara, queremos ser um soldado em defesa desse patrimônio público da Nação que são os Correios, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- O nobre deputado Gildásio Penedo utilizará o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pelo tempo de 10 minutos, o ex-líder da Minoria...

O Sr. João Carlos Bacelar:- O eterno líder.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- O eterno líder, deputado Gildásio Penedo, que, segundo o pastor Ubaldino, “poca urna”.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Oh, meu Deus! Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa presente, galeria, inicialmente, deputado João Carlos Bacelar, agradeço a deferência de V.Ex^a, também a do deputado Fernando Torres. Tínhamos já denunciado no dia de ontem aquilo que considero um absurdo na política baiana.

Digo isso porque percebemos a todo instante que o governo é muito frágil no

que concerne às ações em traduzir os seus compromissos em realizações, haja vista a baixíssima execução orçamentária, já em diversos momentos apresentada aqui, como as demissões constantes do seu secretariado, o secretário da Segurança Pública e hoje o Secretário da Educação que dão por si só a prova inequívoca do fracasso da política pública da educação no governo Jaques Wagner.

O governo, de forma inteligente percebeu essa fragilidade e tentou, durante esses últimos anos, impregnar no sentimento dos baianos que a Bahia vive uma nova era, a denominada era do republicanismo. E o que consiste a era do republicanismo, deputado João Carlos Bacelar? O governador em diversos momentos, inclusive, pessoalmente, quando da leitura das suas mensagens governamentais, tentou mostrar aos estudantes que aqui estão que a Bahia vive uma nova era. Acabou o tempo da perseguição política, acabou o tempo de olhar os partidos a quem se atendia e democraticamente a Bahia não teria mais perseguição política. Ledo engano, deputado Capitão Tadeu! E V.Ex^a talvez não sinta tanto esse desalento, porque V.Ex^a inclusive é um deputado que, embora pertença a base do governo, já por diversos momentos denunciou aqui o verdadeiro fracasso da política de segurança pública em nosso Estado.

Tivemos uma demonstração nos últimos dias de como funciona a política do governo Jaques Wagner. O município de Quijingue, localizado no nordeste baiano, de quase 3 mil quilômetros quadrados de área territorial, cujo prefeito é do Democratas, eleito contra um candidato do PT, deputada Maria Luiza, procurou institucionalmente a Secretaria do Estado, de modo especial, a de Infra-Estrutura, deputado Leur Lomanto, cobrando, reivindicando, ante a dificuldade financeira flagrante que atravessavam os municípios, uma parceria com o governo do Estado no sentido, deputado Álvaro Gomes, de haver uma cessão de máquinas. Na verdade, apenas duas, deputado João Carlos Bacelar. É de uma mesquinharia que chama a atenção, duas apenas, uma patrol e uma pá carregadeira para poder, em convênio com a prefeitura local, estabelecer-se uma parceria institucional quando o prefeito entraria com os recursos destinados à manutenção dos combustíveis e o Estado doaria as máquinas pelo prazo mínimo de 15 dias para fazer, de fato, um pequeno serviço no município.

Depois de algumas tentativas, convênio assinado em junho deste ano, precisamente no dia 9 de junho de 2009, o prefeito ao perceber a morosidade da publicação do convênio, numa eventualidade, numa casualidade, encontrou com o ministro Geddel Vieira Lima na marcha dos prefeitos, deputado Leur Lomanto, em Brasília, e lá também pedia a sua intervenção já que existia um convênio assinado e faltava a publicação do ato. O ministro disponível e prestimoso acabou intervindo. Acredito que por força da sua intervenção o convênio fora publicado alguns dias depois, fato que ocasionou no último dia 24 de julho com a chegada das duas ditas máquinas ao município.

O prefeito, no final de semana, fazia inclusive a sua estratégia de atuação quando fora surpreendido subitamente por uma ligação do Derba de Senhor do Bonfim lhe avisando categoricamente, de forma enfática, que as máquinas seriam

retiradas drasticamente na próxima segunda-feira. Mal chegaram - o prefeito inclusive gastou cerca de mil reais, deputado Waldenor, abastecendo as máquinas, óleo diesel -, o governo democrático, republicano tirou de forma arbitrária as máquinas do município.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Está inscrito, deputado João Carlos Bacelar. A indagação que persiste neste momento e que lamentavelmente contraria e distorce, deputado Waldenor, todo o discurso do republicanismo que o governador Jaques Wagner tenta impregnar na população baiana, a ponto de merecer reparos da própria executiva municipal do PT do município, que encaminhou, através de seu presidente, um e-mail para um dos secretários de estado relatando verdadeiro desconforto que aquela atitude autoritária havia gerado para os munícipes de Quijingue. Foi lamentável a postura do governo que, por si só, desfaz todo o discurso de que a Bahia vive nova era de republicanismo.

Lamento como cidadão e como deputado estadual da Bancada de Oposição, pois tenho a tranquilidade e a consciência de, em muitos momentos, deputado Waldenor, vir até aqui fazer a crítica, mas, também, menção elogiosa a determinado atitude; infelizmente, é inexplicável a condução que o governo deu ao município que, tudo leva a crer, por ser administrado por uma prefeitura da Oposição, ou seja, pelos democratas, sofre uma retaliação política que não mais cabe na atual história da política baiana. Isso é lamentável, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Com a palavra, para um aparte, V.Ex^a que pede.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Esta foi uma atitude mesquinha, pequena. Isso nos leva até a duvidar que, em pleno século 21, práticas deste tipo ainda predominem na Bahia. Mas Wagner que veio com o discurso de ser o governador pós-moderno e se diz homem aberto para o homem, na verdade é o novo Odorico Paraguaçu da Bahia.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- V.Ex^a vem sempre com a sua perspicácia e acaba inovando e enriquecendo o nosso discurso. Gostaria de dizer, deputado João Carlos, que um governo que tenta, em muitos momentos, mostrar que a Bahia vive uma nova era, não condiz com a realidade. Nós tivemos o cuidado, por exemplo, de fazer uma avaliação detalhada mesmo com toda esta crise econômica que se abate sobre o Estado; isto é relatado, enfaticamente, pelos deputados de Oposição como Carlos Gaban, Heraldo Rocha e V.Ex^a, deputado João Carlos Bacelar. O governo diz ter sérias dificuldades financeiras. E aí está a prova. Existe, deputado João Carlos, alguma dificuldade? Para alguns, neste governo, repito: para alguns.

Nós fizemos uma avaliação detalhada dos pagamentos efetuados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedur – de janeiro à presente data, deputado Waldenor. Mesmo com o déficit de quase R\$ 200 milhões para as empreiteiras, principalmente no ramo de construção rodoviária, para os fornecedores, para empregados que estão sem receber salários; para alguns desses falta dinheiro. Por quê? Para os partidários do Partido dos Trabalhadores, deputado Valdeci, isso não

falta e, repito, não falta porque de todos os pagamentos realizados como transferências de recursos feitos através da Sedur para com os seus pagamentos, nós temos aqui um pagamento de janeiro a junho que detalham quase R\$ 7 milhões para pagamento de convênio e repasse de parcelas, deputado Adolfo Menezes. Para quem? Amargosa recebeu no dia 05/06/2009 R\$ 117.066,00; Baixa Grande, coincidentemente como Amargosa, também é do PT e recebeu R\$ 44.000,00 no dia 16/06; a pequena cidade de Banzaê do nordeste baiano era Democrata, filiou-se ao PT e para lá não faltam recursos, pois foram transferidos R\$ 73.075,00; para Central, deputado Fernando Torres, também não falta dinheiro na Sedur, pois foram transferidos R\$ 353.000,00 no dia 16/02/2009; para Cipó não falta dinheiro, deputado Eliana Boaventura, pois para esta cidade os recursos chegaram, deputado Valdeci, na ordem de a R\$ 323.000,00; para Cruz das Almas também não falta dinheiro, deputados João Carlos Bacelar e Fernando Torres, pode faltar para todo lugar, mas para Cruz das Almas, não.

Pode faltar para todo lugar, para fornecedor, para pagar empresário, e ficar com fama de caloteiro, mas para Cruz das Almas, deputada Eliana, não vai faltar, sabe por quê? Porque recebeu mais de R\$ 1 milhão neste ano.

Para Ipirá, aqui não está, infelizmente, porque se tivesse eu relataria. Para Itagi não falta, deputada Maria Luiza, sabe por quê? Porque Itaji é administrada pelo PT. Para Itamaraju não vai faltar, porque Frei Dilson Santiago é do PT e recebeu quase R\$ 1 milhão. Para Itiúba, no Nordeste do Estado não vai faltar, pode faltar para qualquer lugar. É assim em Juazeiro, que é do PCdoB, também está forte.

Maracás é de quem, deputado Waldenor? Do PT, por isso que não vai faltar dinheiro. Maragogipe, do prefeito Ataliba, aqui vizinho, não vai faltar dinheiro. Pode faltar em qualquer lugar, mas para Maragogipe não vai faltar. Pintadas, deputada Neusa, como V.Ex^a está forte!

O pior de tudo, deputado João Carlos Bacelar, é que em Vitória da Conquista também não vai faltar, porque recebeu no dia 18 de fevereiro R\$ 450 mil, deputado. Mostra o prestígio do PT.

Portanto, vai faltar dinheiro para muitos, só não vai faltar para os partidários do Partido dos Trabalhadores. É este relato que faço, mostrando que, infelizmente, o discurso do governo não condiz com a realidade. Discurso republicano só se sustenta na falácia, porque na realidade é para privilegiar aqueles que, efetivamente, se interessam e que são militantes do Partido dos Trabalhadores.

V.Ex^a, deputada Eliana, pelo PP não tem; deputada Maria Luiza, Pojuca não tem, quem sabe, se V.Ex^a se filiar ao PT, pode ser que lá chegue alguma coisa.

Muito obrigado pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT-PSC-PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo tempo o nobre

deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pelo tempo de 8 minutos falará o competente deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, infelizmente, caro Líder Waldenor, muita coisa que o deputado Gildásio acabou de dizer aqui desta tribuna é verdade.

O governador não concorda com isto, mas existem alguns secretários que, se não forem deputados da Bancada do PT, dificilmente recebem alguma coisa. Eles não enxergam a campanha maior, que é do governo.

Falando de perseguição, nós sabemos perfeitamente que o governador Wagner tem uma maneira de proceder. Eu desconheço e tenho certeza absoluta de que ele é incapaz de algum ato de perseguição, e não concorda se alguns dos seus auxiliares, deputado Gildásio, estão a cometer essas perseguições.

O governador Wagner a cada dia dá mais demonstração da sua maneira de governar, do seu lado democrático.

Agora, pela manhã mesmo, eu tive a honra de estar na região do Líder Waldenor, líder maior da região Sudoeste, e tive a honra de estar com o governador. Lá, a despeito de todas essas manchetes nos jornais, e de todo esse disse-me-disse, ele descia da sua aeronave com a deputada Marizete, com o vice-governador Edmundo, como se não houvesse nada.

O que os jornais dizem, que o PMDB vai romper, que é questão de dias, que em encontros regionais os prefeitos, não todos, mas alguns estão baixando até o nível, como houve, segundo comentários, no encontro de Irecê, onde alguns prefeitos chegaram a chamar o governador de “cachaceiro” e “preguiçoso”.

Eu acredito que a campanha pode ser de alto nível, o que não podemos é baixar o nível, até porque ainda falta mais de um ano para o começo da campanha. Estamos numa democracia. Se continuarmos dessa forma, não saberemos onde vamos parar. Todos nós temos defeitos, e o governador, com certeza, também os tem, mas em termos de tratamento pessoal, educação, democracia ele não merece reparo nenhum, até porque não conheço, até hoje, nenhum que tenha passado por este Estado, que tenha governado este Estado que chegue perto do governador Wagner, como pessoa, como democrata. Agora, num Estado como a Bahia, com a estrutura monstruosa que tem, com a coligação de vários partidos, de vários pensamentos, é natural que problemas existam.

O deputado Gildásio tocou aqui no ponto de que realmente, em algumas secretarias, a despeito de o governador não concordar, ainda existem alguns dirigentes que acham que, se não forem do time do PT realmente difícil você tirar alguma coisa. Mas ainda temos tempo para corrigir isso.

Contribuindo com as palavras inicialmente proferidas pelo Líder Waldenor, representante maior daquela região, tive prazer de fazer parte hoje, pela manhã, da comitiva do governador. Não é minha região principal, mas, como se trata de uma região muito grande, o Líder Waldenor, que tem muitos votos lá, não vai fazer questão de dividi-los com alguns colegas, mais ainda se for candidato a deputado

federal. Então, não fui provocar ciúmes, deputado Gildásio, porque a região de Vitória da Conquista, o Sudoeste são muito grandes, e, como estou precisando de muitos votos, estou indo a todas as regiões, deputada Maria Luiza, que tem o Recôncavo todo, a prefeitura de Pojuca e, por isso, está tranquila, como os demais, a exemplo da outra deputada Maria Luiza, que tem a prefeitura de Salvador, e do deputado Gildásio, que está mandando em todas as águas, salgadas e doces, nos portos, na agência das águas nacionais, e por aí vai! Quer dizer, aqui todos estão bem encaminhados

Então, deputada Maria Luiza, preciso viajar por esta Bahia para ver o que é que sobra. E lá tive a oportunidade de assistir, deputado Fernando, presidente dos trabalhos nesta tarde, ao governador lançar e assinar ordem de serviço para as importantes BA-262 e BA-263, que ligam, respectivamente, Brumado a Vitória da Conquista e Vitória da Conquista a Itambé. Havia mais de 30 anos que não se fazia uma recuperação nelas, a não ser os empresários que trafegam naquela região e usam aquelas BAs. Devido ao estado intransitável delas, eles faziam o tapa-buracos, deputada Maria Luiza, por conta própria, o que é um absurdo.

Então, atendendo a uma reivindicação antiga, feita no governo Roberto Santos, foi dada a ordem de serviço para realização de obras nessas duas BAs importantíssimas, que ligam municípios do porte de Brumado e do porte de Vitória da Conquista. As obras iniciar-se-ão amanhã, com prazo de conclusão, segundo os empreiteiros lá presentes, de um ano, e elas terão manutenção por três anos pela empresa construtora, como tem ocorrido, deputado Euclides, com todas as BAs recuperadas por este governo. São mais de 1.700 quilômetros de estradas recuperadas completamente e 1.300 ou 1.500 quilômetros a serem realizados até o final de 2010.

Em consequência da crise que se abateu sobre o mundo, no qual está inserta a Bahia, o governo do Estado perdeu mais de R\$ 600 milhões somente de ICMS, para não falar na redução dos repasses federais. De alguns meses de 2008 para cá, é natural que haja a crítica, deputado Euclides, mas até outubro, novembro de 2008, o governo do Estado pagou em dia todas as contas, todas as faturas. No final de 2008 e início de 2009, com essa crise mundial, o governo perdeu mais de 600 milhões. Houve alguns problemas, mas aprovamos aqui nesta Casa, no mês de junho, um empréstimo que já está chegando. Segundo os técnicos – principalmente o secretário da Fazenda e o secretário Walter Pinheiro, que hoje ajuda na área do Planejamento –, os pagamentos já serão feitos agora no mês de agosto com a receita do Estado, dando uma demonstração de equilíbrio. E esperamos que a partir de agora os pagamentos se normalizem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa) Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8

minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo a nobre deputada Maria Luiza Laudano.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pelo tempo de 8 minutos, com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, ouvintes das Galerias Paulo Jackson, imprensa, Srs. Taquígrafos, funcionários desta Casa, é uma honra voltar a esta Assembleia depois de um recesso e ouvir palavras positivas, palavras que devem, sem dúvida alguma, contribuir para a administração do governador Jaques Wagner, que, acreditamos sim, será bem-sucedido na sua reeleição. Mas ainda temos mais de 1 ano e há muita coisa a se trabalhar. E o governador vem trabalhando.

Sabemos que a crise que nos assola é horrível. Ela atingiu não só Salvador, mas todo o Estado. Os municípios estão precisando de um socorro porque perderam uma grande receita no seu orçamento.

Quero falar aqui principalmente do meu município, Pojuca, que tem o *royalty* do petróleo como a sua maior receita. Sem dúvida alguma, o valor do barril de petróleo teve uma queda, o gás também, e assim as prefeituras de todas as cidades da área petrolífera que represento tiveram uma queda substancial. Mas os prefeitos vêm administrando e fazendo o possível com os seus assessores controlados e equilibrados.

Pojuca, assim como Catu e Itanagra, fez a sua emancipação política. A minha cidade foi emancipada há 96 anos, é uma anciã com espírito jovem porque tem uma jovem administrando.

No dia 29 de julho aconteceram várias inaugurações lá. A nossa prefeita, assim como todos os outros gestores municipais, também está enfrentando problemas na segurança. Mas estamos juntos dando a sustentação, sem olhar que essa é uma área do Estado. Somos colaboradores, fazemos uma parceria, porque dentro do município estão os nossos munícipes. E devemos colaborar com o governo do Estado para unir forças a fim de dar tranquilidade as comunidades que representamos.

A prefeita entregou três motos em comodato para a segurança nos bairros; complementando as quatro guaritas localizadas nas entradas da cidade, nos dois maiores bairros de Pojuca, Bairro do Retiro e Bairro do Los Angeles, inaugurou mais duas guaritas com policiais com porte de arma. São guardas municipais que participaram de um treinamento em Brasília e vieram trazendo programas de muito sucesso para os colegas.

A cidade, hoje, já não possui mais tantos problemas na área da segurança, vez que respeitamos o direito constitucional de ir e vir do cidadão, contudo, quando um carro estranho adentra na cidade o guarda municipal vai até ele e pergunta: “Como posso te ajudar?”. E nesse momento ele observa a marca e a placa do carro, ele se comunica através do rádio com os colegas que estão no centro, e assim fazem a segurança coibindo, muitas vezes, assaltos a bancos e ao comércio.

Não poderia deixar de agradecer ao governador a ambulância doada ao

município de Pojuca, que dará maiores condições de transporte para o doente da zona rural se deslocar para a zona urbana, vez que temos um hospital com cento e poucos leitos operando na região. Essa doação, sem dúvida alguma, ajuda a tratar da saúde dos nossos munícipes.

Além disso, a prefeita também inaugurou uma central de regulação, em que o doente já sai do município para fazer aqueles exames de alta complexidade regulado, ou seja, o doente já vem para Salvador regulado, e isso foi muito importante! Outra realização, foi a instalação de 3 Km de energia elétrica que abrange os bairros do Star e Retiro. Fechamos assim com chave de ouro.

Quero dizer que dentro em breve o governador Jaques Wagner irá a Pojuca inaugurar obras municipais e estaduais. Faremos uma festa muito bonita para receber o nosso governador, que com certeza é um governo republicano e democrático. Sem dúvida alguma, como já falaram os meus colegas, o seu secretariado tem que entender que todos nós que damos sustentação ao governo merecemos respeito e consideração. Eles não devem olhar apenas o partido, devem olhar que todos que dão apoio ao Governo merecem respeito. Graças a Deus em algumas secretarias que tenho ido e me encontrado com secretários o atendimento foi bom, mas sem dúvida alguns secretários deixam a desejar quando vamos fazer as reivindicações.

Estamos aqui dando apoio e sustentação ao Governo do Estado, mas também estamos representando os nossos munícipes que confiaram em nós para aqui representá-los. Assim como falou o deputado Pedro Alcântara, nós não brigamos por cargos, eu pelo menos não brigo por cargos, eu brigo para levar obras para o município e para a região, brigo para defender a educação e a saúde, e não meço esforços para chegar junto ao secretariado e dizer o que está acontecendo dentro do município.

Acredito que isso é uma ajuda do deputado ao governador para que ele faça uma boa administração, vez que ninguém governa sozinho, tenho três mandatos de prefeita, um de vereadora e três de deputada, sempre junto, ajudando o governo a trabalhar.

Mas concluindo, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, graças ao equilíbrio da prefeita Jerusa, nós pudemos fazer os nossos munícipes sorrir. E, sem dúvida alguma, outras obras virão. Quero dizer aqui, meu grande Líder Waldenor, que, apesar de V.Ex^a ter hoje algumas estradas já autorizadas pelo governador, não vou ficar com ciúme, porque dentro de alguns dias a BA-093, que liga Simões Filho a Pojuca, vai ser duplicada, e de Salvador até lá vamos fazer mais ou menos em 40 minutos.

Em Camaçari, onde nós sabemos que as empresas estão, certamente ganharão com isso também os municípios de Mata e Dias D'Ávila. É o que precisamos: trabalhar e ajudar o governo a trabalhar.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMN/PP/PRTB para falar ou indicar o

orador por 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira durante 9 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, minhas queridíssimas assessoras Else, Zéu e Joaninha, que vieram me prestigiar ouvindo minha participação nesta tribuna, os colegas deputados da Oposição, por reiteradas vezes, têm destinado críticas à Secretaria da Fazenda sobre as políticas e os procedimentos adotados para o enfrentamento da crise. Segundo alguns, falta de iniciativa no que diz respeito à ampliação da arrecadação. E alguns parlamentares, infelizmente até mesmo num comportamento inadequado na minha opinião, vêm torcendo para que as finanças do Estado acabem não se recuperando e de repente apresentem resultados negativos, o que no meu modo de ver não deve ser uma postura adequada para nenhum parlamentar, independentemente de cor partidária.

Qualquer deputado desta Casa, ainda que a crítica seja necessária, procedente para estabelecimento do contraditório, para configurar a natureza democrática de um Parlamento, na minha opinião particular não deve assumir a atitude de torcida contrária à arrecadação do Estado, porque esta acaba repercutindo na realização dos investimentos, na cobertura das despesas com manutenção, custeio. Em última instância, beneficia ou prejudica a população como um todo, independentemente desse ou daquele governo que temporariamente possa estar na liderança da administração pública estadual.

Digo isso porque alguns parlamentares, em matérias publicadas na imprensa escrita, em *blogs* e mesmo na imprensa radiofônica e televisiva, vêm afirmando que o governo do Estado da Bahia estaria prestes a ser penalizado com a não contração de operações de crédito, com a impossibilidade de recebimento de transferências constitucionais, porque estaria extrapolando limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é verdade. A bem do bom debate, do debate de conteúdo, eu quero, de posse da Lei de Responsabilidade Fiscal, afirmar que o Estado da Bahia como os demais estados da federação, como as prefeituras enquanto ente da federação têm segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal a obrigação de cumprir metas quadrimestralmente. É o que diz o art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Diz que:

(Lê) “ A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos art. 19 e 20 será realizada no final de cada quadrimestre.”

Portanto, fazer a afirmação do não cumprimento de metas no mês de junho, no mês de julho não se justifica, porque cabe ao Estado da Bahia como aos demais estados da federação no final do mês de agosto que conclui no segundo quadrimestre do ano.

O Sr. Gaban:- Gostaria de falar depois.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Está inscrito o deputado Gaban. No segundo quadrimestre do ano é que o governo da Bahia irá apresentar o seu relatório para a

avaliação, se cumprirá ou não as metas fiscais. Essa é a primeira observação.

A segunda observação é que a mesma Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 23, deputado Gaban, diz que se o estado, ao final do quadrimestre, não cumprir as metas estabelecidas pela Lei da Responsabilidade Fiscal, ele dispõe de dois quadrimestres seguintes para se adequar. Farei a leitura do artigo:

(Lê) “Se a despesa total com o pessoal do Poder ou Órgão referido no art.20 ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art.22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes.”

Portanto, não se justifica a afirmação de penalidade ao Estado da Bahia ou a qualquer outro estado que neste quadrimestre não cumprir com os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que não será o caso da Bahia, porque nós cumprimos os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, antecipar que o Estado será penalizado em não poder contrair empréstimos, em não poder assinar contratos de operação de crédito, em não receber transferências constitucionais porque não cumpriu, trata-se de uma antecipação, na minha opinião, inadequada.

Primeiro, porque o Estado não deixará de cumprir os limites. Segundo, porque ainda que o Estado da Bahia ou qualquer outro estado da federação não viesse a cumprir, não seria penalizado imediatamente, deputado Gaban. Ele só seria penalizado se após dois quadrimestres seguintes ele não viesse a se adequar às suas contas, aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, eu quero fazer essa primeira consideração dizendo, respeitosamente, tratar-se de uma afirmação improcedente, equivocada de qualquer membro da Oposição quanto à possibilidade de penalização do governo do Estado pelo não cumprimento de metas. Primeiro porque o quadrimestre será apresentado nos primeiros dias do mês de setembro.

O secretário da Fazenda aqui virá, mais uma vez, para apresentar o relatório de execução orçamentária e, aí sim, nós vamos, então, como parlamentares, avaliar se o relatório está ou não de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda que não tivesse acordo com a lei, a própria lei estabelece o prazo de dois quadrimestres para adequação das contas governamentais. Só após a reincidência, a permanência da irregularidade, do não cumprimento das metas é que o Estado seria, então, penalizado posteriormente.

Em segundo lugar, como segunda consideração, eu quero destacar aos deputados da Oposição, que apesar da crise financeira internacional, uma crise sem precedentes na história moderna do capitalismo internacional, porque todos reconhecem que crise igual a essa só aconteceu em 1929, a famosa crise de 29. Portanto, uma crise sem precedentes na história recente do capitalismo.

Apesar dessa crise e das repercussões que ela teve sobre todas as nações e evidentemente sobre o Brasil, é importante destacar que o Estado da Bahia, diferentemente dos demais Estados da Federação, tem a sua economia ancorada na

produção petrolífera, na comunicação e na energia. Esses três segmentos econômicos representam quase 40% do PIB da economia baiana. Portanto, o nosso Estado foi sim, isso é verdade e precisa ser destacado em alto e bom som...

Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a V.Ex^a que, como não há orador no tempo seguinte do PMDB, farei uso dos 8 minutos para concluir e conceder um aparte ao deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pelo tempo do PMDB continua com a palavra o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Obrigado, deputado.

Então, a crise econômica é um fato indiscutível.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Só um minuto, excelência.

Gostaria que se marcassem 9 minutos.

Por acordo de Lideranças, eu vou liberar 10 minutos para o deputado Waldenor Pereira e 10 minutos para o deputado Carlos Gaban.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Então, eu dizia que a crise financeira imobiliária que se abateu no núcleo central do capitalismo, os Estados Unidos, como também na União Europeia e Japão, repercutiu profundamente em todas as nações.

Repercutiu sobre a nação brasileira e teve forte repercussão na economia baiana, que tem a sua economia ancorada, como eu disse e repito, na produção petrolífera, nas comunicações e na energia, que representam quase 40% da produção interna bruta do nosso Estado. A Bahia tanto foi prejudicada que foi o Estado merecedor do maior aporte de recursos pelo BNDES. Foram R\$ 375 milhões que o BNDES liberou porque foi o Estado mais prejudicado. O Estado que sofreu com maior contundência a repercussão da crise. Isso ninguém está escondendo.

Mas, apesar da repercussão da crise financeira em nosso Estado, veja só deputado, Gaban, comparativamente ao terceiro ano do governo Paulo Souto, primeiro semestre do ano de 2005, com o primeiro semestre de 2009, do ponto de vista percentual, ainda assim, apesar dessa crise ferrenha que se abateu sobre o nosso Estado, nós destinamos para a segurança pública 44%. O governo de Paulo Souto, que não atravessou crise naquela oportunidade, destinou para a segurança pública 38,46%, ou seja, 6 pontos percentuais a menos do que o nosso governo destinou para a segurança pública, apesar da crise financeira.

Nas despesas com a saúde, o nosso governo destinou 45,5%, na execução orçamentária do 1º semestre de 2009. No 1º semestre de 2005, do governo de Paulo Souto, foram destinados 42,25%. No item educação, nós destinamos 35,01% e o governo Paulo Souto destinou 35,29%. Portanto, destinamos recursos para manutenção das funções das dotações orçamentárias mais importantes do Estado, como segurança pública, saúde e educação, em patamares mais ou menos compatíveis, um pouco a mais, na educação, um pouco menos. Apesar da crise que se abateu sobre o nosso Estado, sobre a nossa nação.

Com relação aos investimentos, tenho a informar que o governo Paulo Souto destinou 16%, em 2005, enquanto o nosso governo, até agora, destinou aproximadamente 12%. Quer dizer, considerando a crise financeira e a redução de

arrecadação de mais de R\$ 600 milhões, o governo do Estado da Bahia, nesse primeiro semestre, teve uma frustração, em termos de arrecadação, de mais de R\$ 600 milhões. Apesar disso, estamos destinando recursos mais ou menos compatíveis com os do governo que V. Ex^a apoiou naquele período, o que não justifica, com todo o respeito, as manifestações de vários parlamentares da Oposição, querendo construir um discurso de que as finanças do Estado, apesar da crise, estejam submetidas a um processo de bancarrota, de situação de extrema dificuldade, o que não é verdadeiro.

É evidente que a frustração relativa à arrecadação representou um duro golpe nas as finanças públicas do Estado. Sem dúvida alguma, não é fácil para um governo deixar de arrecadar R\$ 600 milhões, que, naturalmente, seriam destinados a importantes investimentos. Mas o nosso governo, graças à boa capacidade de endividamento, já conseguiu recursos de R\$ 395 milhões, no BNDES, de US\$ 409 milhões, no BIRD-Banco Interamericano de Desenvolvimento, e está negociando outros importantes recursos para dar cobertura programação de investimentos do nosso Estado.

Deputado Gaban, hoje mesmo anunciei aqui, pois vim de Vitória da Conquista, que o governador Jaques Wagner assinou a ordem de serviço para obras de recuperação de duas rodovias importantes do Sudoeste, as BAs 262 e 263, no valor de R\$ 66 milhões, apesar da crise, que, naturalmente, repercutiu fortemente nas finanças do nosso Estado.

Para concluir, rapidamente, pois vou conceder um aparte a V. Ex^a, e tenho certeza que V. Ex^a me vai conceder um aparte na sua intervenção posterior, finalmente, contribuindo com o debate que V. Ex^a, há poucos instantes provocou nesta tribuna, o secretário Carlos Martins, em matéria publicada no Diário Oficial, à qual V. Ex^a fez menção, fala sobre crescimento nominal da receita do mês de julho em comparação com o mesmo mês de 2008. Outros dados destacados na matéria têm como fonte o Confaz, que destacou o Estado da Bahia, no Nordeste, como o que teve a maior arrecadação de ICMS. São dados que não vou fazer a leitura para não perder tempo, mas que revelam o crescimento de 3,33% neste último mês, destacando o crescimento do comércio varejista em 7,25%, do comércio atacadista em mais de 4,4%, das indústrias de bebidas com uma variação positiva de 6,33%, dos supermercados, de 12,59%; das telecomunicações, de 6,96%; o que revela uma recuperação da economia, que, tenho certeza, é o que V. Ex^a também quer.

Não é possível que V. Ex^a e outros deputados da Oposição estejam torcendo para que o Estado da Bahia e o Brasil, como um todo, não recuperem as suas economia apenas por uma discussão ou um embate de natureza político-eleitoral. Não seria admissível isso. Tenho certeza de que V. Ex^a não está procedendo assim, porque o desejo de todos, Oposição e governo, de todos os parlamentares, de toda a sociedade é que a arrecadação do Estado aumente, a economia se recupere para que a Bahia e o Brasil possam continuar num processo de crescimento, de geração de emprego e renda a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Não adianta torcer para que a arrecadação caia, para que a economia não se recupere, pois quem irá sentir será a população, especialmente a mais pobre, mais carente, mais

necessitada. Essa é a parcela da sociedade que necessita urgentemente que a economia se recupere, a fim de que os serviços essenciais estejam garantidos.

Por isso, fiz essas ponderações. V.Ex^a irá usar a tribuna em seguida. Peço desculpas pela não concessão do aparte.

Quero, ainda, destacar que as medidas adotadas pelo governo Wagner e pelo secretário Carlos Martins foram corretas. Parcelamos o pagamento do ICMS do setor comercial, já que disponibilizamos uma linha de crédito de 100 milhões de reais para ajudar o setor de informática, o setor siderúrgico, o setor calçadista, o setor de produção naval, porque tomamos medidas de desoneração fiscal de alguns setores que acabaram redundando em indicadores positivos do crescimento da indústria, do comércio, da geração de emprego.

O estado da Bahia é o maior estado gerador de emprego do Nordeste e o segundo do Brasil. Os dados estão aí para serem avaliados com a mais ampla clareza e qualidade do conteúdo da discussão.

Portanto, tanto o governo Jaques Wagner quanto a Secretaria da Fazenda, especialmente, adotaram medidas corretas que estão permitindo a recuperação da nossa economia, como saldar os pagamentos dos nossos fornecedores para que a partir deste mês de agosto possamos navegar novamente em águas mais tranquilas, voar em céu de brigadeiro, permitir que a nossa economia se recupere e que o nosso governo cumpra e realize os seus planos de trabalho construindo melhores dias para o povo da Bahia.

Peço desculpas a V.Ex^a, mas irei ouvi-lo atentamente no debate a esse respeito. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o Líder da Minoria ou dos Democratas pelo tempo de 10 minutos. Foi este o acordo feito anteriormente.

Antes porém, deputado Gaban, a pedido do deputado Euclides, tenho o prazer de registrar a presenças de várias lideranças do município de Planaltino. Sejam bem vindos a nossa Casa. Retornem quando acharem conveniente.

Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, meu caro Waldenor, tentarei em 10 minutos fazer um resumo do que V.Ex^a disse em 19 minutos. Tentarei abordar todos os pontos.

Quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal. O que V.Ex^a falou em seu pronunciamento está certo. Não tenho qualquer ressalva a fazer. Mas V.Ex^a esqueceu de mencionar que quando se extrapola o limite permitido na Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite prudencial, já existe penalidade, sim. Não aquelas penalidades mais graves, quando no quadrimestre há o rompimento dessa barreira e deixa de recuperá-la nos dois quadrimestres seguintes. Essas penalidades vão de nomeação, contratação de pessoal e vários aumentos de despesas de pessoal. Então, já tem penalidade quando se extrapola o limite prudencial. Isso é o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com relação ao que V.Ex^a destaca quanto à aplicação orçamentária do tripé segurança, educação e saúde. Não adianta colocar no Orçamento e não haver o gerenciamento, a capacidade de executar. Dou o exemplo deste ano. Estamos no sétimo mês e para a área de segurança pública foram destinados 141 milhões no Orçamento que aprovamos. Sabe quanto foi aplicado até sétimo mês em Segurança Pública? Apenas 8,2%. Teria que ter sido aplicado, se formos dividir os 100% por 12: daria 58%. Foram aplicados apenas 8,2%. Destinou mas não aplicou. Então, não adianta. De 141 milhões para Segurança Pública foram gastos apenas 11 milhões e meio. Com relação à saúde, foram destinados 265 milhões e 900 mil, quase 266 milhões. Sabe quanto foi aplicado? Foram aplicados 9,81. Nada, ou seja, 74, 65%.

Se for falar em Educação, o secretário, nós o vimos anunciando, aliás não sei quem estava com a verdade, acredito que nós, porque cansamos de falar da incompetência do secretário da Educação, que não está fazendo nada pela Bahia. Os professores universitários estão clamando porque aumentou-se o número de vagas, mas não contratou os professores. Faz dois anos. O próprio reitor da Universidade de Feira veio aqui, na Comissão de Educação, e disse: “Olha, tem dois anos e meio.” Você pega até seis meses de Paulo Souto, mas dois anos na mão do secretário e não autoriza contratação de professores. Há mais de 7 mil alunos sem aula nas universidades do Estado. Eles passaram, mas não têm aula por falta de professores.

Agora, com a baixa execução orçamentária, na área da Educação aplicaram-se 10,49%, o que autorizamos nesta Casa. Então, não adianta se destinar recurso se não o aplica. É melhor que não o destine para não criar a expectativa de termos uma Bahia cada vez melhor, e não consegue ter a capacidade gerencial e administrativa para implantar o que esta Casa autorizou.

Agora, gostaria de deixar uma coisa, meu prezado amigo Waldenor, bem clara, tenha certeza absoluta de que faço com muita tristeza as críticas à parte financeira do Estado. Quando o secretário veio fazer a apresentação do último quadrimestre de 2008, muitos da base do governo até me criticaram: só você quer falar. Era porque eu estava com dados e a minha intenção naquela época era mostrar o quadro complicado que as finanças do Estado da Bahia já apresentavam. Tanto é que ele apresentou, e ficamos orgulhosos depois, um bilhão em caixa, descontado o resto a pagar, os compromissos a curto prazo. E eu disse: não é. Gosto dessa parte orçamentária. Já fui presidente de empresa, então gosto disso e vi que não tinha.

Isso aí foi comprovado inicialmente pelo Tribunal de Contas que mostrou que em vez de um bilhão em caixa havia 374 milhões de déficit. E depois o próprio superintendente da Secretaria da Fazenda, em matéria recente do Tribunal de Contas o governo já havia extrapolado o limite de gasto com pessoal, vai e diz: “Olha, o mês de dezembro foi um mês crítico aqui para o Estado da Bahia, tivemos inclusive de pegar 30 milhões emprestados do Ipraj.” Deputado Gildásio Penedo, é esse o quadro que se tem.

Deputado Waldenor, preste atenção, se for o caso, tem o horário do PT, depois a gente pode debater o assunto.

Ele colocou que tinha o dinheiro e não tinha. O próprio superintendente, agora,

da Secretaria da Fazenda confessou que dezembro foi um mês difícil, que teve que pegar 30 milhões emprestados do Tribunal de Justiça, como pegou da Embasa, tentou pegar, através de um decreto que seria ilegal, antecipação dos recursos da Petrobras, mas sempre fazendo, e eu sempre dizendo: não adianta fazer empréstimo, não adianta fazer antecipação da receita como fez do Fundeb, não adianta pegar empréstimo, porque antecipação no final do ano vai pagar, empréstimo vai ter que pagar. Empréstimo sempre vejo e sempre vi para você fazer novos investimentos porque aí você movimenta a economia. Mas esse empréstimo que o governo pegou do BID - o que ele está fazendo? - é para pagar débitos passados, não é para fazer novos investimentos.

Eu ia solicitar hoje na Comissão de Finanças, se V.Ex^a puder inclusive nos dar uma cópia, aí não precisa nem solicitar oficialmente através da comissão. É um contrato firmado entre o governo do Estado, o BID e o BNDES para que a gente possa efetivamente ver o plano de aplicação dos recursos e poder fiscalizar. Realmente tenho dúvidas se pode aplicar esse dinheiro como o governo está aplicando para pagar, parece que é custeio. Vou acompanhar esse foco gerencial, como está utilizando esse dinheiro, se pode pagar débitos pretéritos, porque aprovamos aqui para fazer novos investimentos e não para débitos como está fazendo.

Agora, veja, o governo hoje põe algumas matérias na imprensa que não são verdadeiras, como essa também porque ele dá um enfoque diferente à coisa. O que ele diz? Na Bahia – vou pegar os dados para não fugir muito do que ele falou – primeiro, diz que a arrecadação é de 801 milhões. Ontem eu havia dito que poderia chegar no máximo a 804, eu tinha o dado de sexta-feira que dava 796 milhões. Tudo bem, na hora que ele mostra e diz que teve um crescimento comparando julho deste ano a junho deste ano... Não pode comparar. Primeiro, do ponto de vista de balanço, não fazemos essa comparação. Sempre comparamos um mês deste ano com outro do ano passado. Mas o o governo faz a comparação de julho, quando aumentou um pouco a arrecadação, 0,63, com junho, quando a Bahia caiu 12, 407% na arrecadação de ICMS. Então, ele está comparando “alhos com bugalhos.” Não faz sentido a comparação, é uma coisa irreal. Ele mostra na matéria, por exemplo, que a Bahia, historicamente, sempre esteve no patamar de 4,5% na distribuição de ICMS nacional, e não é verdadeiro. A Bahia sempre esteve em patamar superior, chegou em 2004, que foi o ápice, a 5,2% do ICMS nacional. É bom falar: “ah, e o governo, como é que nós encontramos?” O governo Jaques Wagner, na administração de Carlos Martins, encontrou o ICMS com 5% da participação nacional; e ele está querendo comemorar agora com 4,5%. Se se pegar uma arrecadação do ICMS nacional, que deve ser alguma coisa em torno de R\$ 230 bilhões, só o que caiu na mão de Carlos Martins, a participação da Bahia no ICMS nacional, é alguma coisa em torno de um bilhão, 150 milhões por ano. Olhe o prejuízo que ele está trazendo ao Estado.

Por que eu falo que ficamos tristes? Porque, infelizmente, ele não adotou nenhuma política para aumentar a arrecadação. Essa foi a grande falha de Carlos Martins. Ele deveria fazer empréstimo, antecipar receita, se ele estava resolvendo o

problema do fluxo de caixa momentâneo que ele teve que fazer, sim, senão não pagaria a folha de pessoal. Sabe por que não pagava a folha de pessoal? Porque o Estado da Bahia, com exceção do mês de fevereiro, em todos os outros meses gastou muito mais com pessoal neste ano do que arrecadou com o ICMS. Então, não tem fórmula que dê jeito. E vemos que, mesmo com a crise – é uma verdade a crise – em todos os estados nordestinos, cresceu a arrecadação de 2009 comparando-se com 2008. O único estado do Nordeste onde caiu a arrecadação foi a Bahia que, neste primeiro quadrimestre, caiu 7,12. Se compararmos com o Brasil, meu caro amigo Waldenor, só três estados brasileiros, mesmo com a crise, tiveram queda na arrecadação de 2009 comparada com 2008. São eles: Amazonas, Bahia e Minas Gerais. Se falar que a Bahia tem a maior arrecadação do Norte e Nordeste, é verdade. Mas o que estou falando não é em termos de arrecadação. Vou dar um exemplo aqui: o Estado de São Paulo teve uma arrecadação de R\$ 23 bilhões de ICMS, no primeiro quadrimestre. Foi a maior do País – todo mundo sabe disse. Mas se se for ver o comportamento em 2009, o Estado de São Paulo cresceu 2,15%. Então, falar da economia da Bahia, o potencial de arrecadação...

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Então, o que está acontecendo não é o potencial da Bahia, que é o sexto estado da Federação; estou falando na queda da arrecadação de todos os meses. Comparado com todos os estados nordestinos, lamentavelmente é o último estado, é o penúltimo do Brasil. Ficamos tristes em ver. Não falo isso com alegria, não. Eu queria ver o Estado da Bahia crescendo, desenvolvendo-se cada vez mais, mas não tem político...

Finalizando, deputado Waldenor, até porque V.Ex^a vai usar o horário do PT, provavelmente agora, poderemos continuar o debate, mas eu diria o seguinte: pelas projeções que tenho, gostaria de ouvir o secretário da Fazenda do nosso Estado dizer qual a expectativa que ele tem de arrecadação nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro, porque, pelas projeções que tenho feito, comparando ao que nós arrecadamos em 2008 que foi um grande ano – e olhe que nesse período já pegamos a crise, arrecadamos sempre mais de R\$ 800 milhões em todos esses quatro meses de que estou falando –, mas a expectativa que tenho, infelizmente, é que a arrecadação, nesses quatro meses, será terrível, e a participação da Bahia no PIB nacional, que chegou a ser de 5.2, deve terminar este ano infelizmente em 4.3. Isso aí daria um prejuízo de arrecadação, do pico até agora, de mais de dois bilhões de reais por ano. Se pegar só o período do governo Wagner, teria um prejuízo para a Bahia de um bilhão e cento e cinquenta milhões. Mas torço que faça algum efeito. Só que agora, lamentavelmente, qualquer medida que o secretário vier a tomar já será tarde. Somente teremos reflexos nos anos de 2010, 2011, sem nenhum reflexo a mais na economia em termos de arrecadação neste 2009.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o Líder da Maioria ou do Partido dos Trabalhadores para falar ou indicar orador.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado professor Valdeci.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o professor Valdeci pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, com relação a essa questão econômica do Estado da Bahia, arrecadação, despesa, ontem me pronunciei dizendo que esse é o bom debate que o nosso Parlamento deve fazer. E gostaria de ler aqui um artigo, inclusive com relação ao que falou agora o deputado Gaban, que, segundo ele próprio, tem conhecimento sobre a questão orçamentária.

É acerca da arrecadação fiscal. (lê) *“Crescimento da arrecadação do ICMS na Bahia.*

“A arrecadação fiscal na Bahia durante o governo Wagner cresceu num comparativo com o governo Paulo Souto, mesmo enfrentando uma conjuntura marcada pela retração da economia mundial. Ao comparar 2009 com 2006, a arrecadação cresceu 21% em termos nominais e 5% em termos reais (calculado pelo IPCA de junho). Já em relação a 2007, os números foram respectivamente 13% e 2% - excluindo desse último a anistia fiscal e a remissão. Ainda conforme dados da Secretaria da Fazenda (Sefaz), a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no mês de julho, na Bahia, teve crescimento de 3,33% em relação ao mês anterior e ficou 0,61% acima dos valores de julho de 2008, atingindo o montante de R\$ 801 milhões.

Os dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda destoam completamente do discurso oposicionista, que insiste em distorcer as informações para, de certo, manipular a opinião pública. Os números indicam que a situação fiscal do Estado, no que diz respeito a arrecadação, não vem se deteriorando nos últimos dois anos, e sim apresentando evolução positiva - mesmo diante da crise econômico-financeira do capitalismo. Há que se destacar, também, o crescimento da capacidade de arrecadação do Estado em função do aperfeiçoamento tecnológico e operacional e do aumento da agilidade da Administração Tributária nos últimos dois anos.

Visando dirimir os efeitos da crise financeira global sobre a atividade econômica, o Governo do Estado lançou, em dezembro de 2008...”

E aí a Oposição cobrou uma série de vezes, e a gente queria nominar aqui.

(Lê) (...) *“um pacote de medidas tributárias e de crédito voltado para setores com elevado poder de gerar emprego (como o calçadista) e de dinamizar outras áreas da economia (como o comércio varejista) - demonstrando, claramente, preocupação para com os setores mais vulneráveis à crise. Esse conjunto de medidas anti-crise repercute seus efeitos sobre a economia baiana estimulando as atividades produtivas e de comércio com a incorporação crescente de mão-de-obra, haja vista que o desemprego na RMS (Região Metropolitana de Salvador) - embora ainda muito elevado - tem sofrido significativas reduções.*

As ações adotadas pelo Governo Wagner foram: i) parcelamento do ICMS para o comércio varejista, ii) liberação de créditos acumulados do setor calçadista;

e iii) oferta de linha de crédito especial de R\$ 110 milhões, oriundos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (Fundese), para capital de giro e investimento fixo de pequenas e médias empresas de setores como alimentos e bebidas, têxteis e confecções, calçados, informática e eletrônica e transformação de plástico. Neste contexto, não se pode esquecer a redução do IPI por parte da União para alavancar certos segmentos (como o de automóveis), já que 22,5% desse imposto teria como destino os cofres estaduais.

E mais, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal estão disponibilizando linhas de crédito especiais: R\$ 2 bilhões para comércio exterior e agronegócio, no caso do Banco do Brasil; e, no Caso da Caixa, R\$ 1,5 bilhão para construção civil, tanto novas construções quanto empreendimentos em andamento.

A crise tem impactado diretamente a arrecadação tributária das principais economias regionais do país. A Bahia sofre um pouco mais já que as atividades exportadoras possuem grande peso no conjunto da sua economia. Além disso, a economia baiana é refém de uma única atividade econômica: a área do Polo Petroquímico de Camaçari, enormemente vinculada ao mercado mundial do petróleo – produzindo, conseqüentemente, um impacto negativo muito grande na arrecadação.

Mesmo assim, a Bahia ocupa posição de destaque no cenário nacional como estado que mais arrecadou no Norte, Nordeste e Centro Oeste, e é o sexto de todo o Brasil, até junho deste ano – informação esta que pode ser verificada no Boletim do ICMS elaborado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Destaca-se, ainda, o fato da Bahia ter mantido a média histórica de sua participação no total do ICMS do Brasil, em torno de 4,5%.

Alguns segmentos como o Comércio Varejista, com crescimento de 7,52%, Comércio Atacadista, mais 4,4%, Indústria de Bebidas, variação positiva de 6,33%, Telefonia, Energia Elétrica e Telecomunicações (+6,96%), e Supermercados (+12,59%), apresentaram excelente desempenho em julho de 2009, na comparação com julho de 2008.

Além disso, alguns segmentos, dentro do ano de 2009, estão apresentando tendência de crescimento como a Agricultura, que passou de R\$6,05 milhões em junho para R\$8,6 milhões em julho, e o de Serviços de Transporte, com variação de R\$9,5 milhões (junho) para R\$13,1 milhões (julho) – demonstrando que **o mercado interno continua aquecido e que as medidas adotadas pelos governos estadual e federal vêm, de fato, surtindo efeito.**”

Esse é um debate sobre a questão econômica que diz respeito ao desenvolvimento do Estado e quero repetir como coloquei aqui ontem, Sr. Presidente, que é de fundamental importância para nós, o parlamento fazer. Então apesar de ser um deputado que estou com os dias contados na Casa, pouco tempo, só seis meses, mas muito me seduz esse debate, a questão do desenvolvimento.

Acho que nós na Bahia temos que deixar de ser reféns do ponto de vista de arrecadação, na região metropolitana temos que trabalhar pelo desenvolvimento

econômico do Estado como um todo e particularmente na região oeste, que espero que agora a partir de novembro sejam iniciadas as obras da ferrovia oeste/leste, que vai ocasionar um impacto positivo na nossa região, chegando até Ilhéus, com o aeroporto e com o porto. Com um investimento de 11 bilhões, espero sinceramente que a agricultura familiar que é a base de discussão do nosso mandato e de sustentação nos 32 municípios da região oeste, a qual eu participo, represento e luto por ela, para que possamos então, ter também uma contribuição a mais além do agronegócio para o desenvolvimento.

Mas, mais do que isso, acho que com a responsabilidade que temos no parlamento, independente do governo que está atualmente, temos a obrigação de fazer a discussão do desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental, aproveitando a genialidade do nosso governo federal, do nosso presidente Lula que tem muito claro que o desenvolvimento da região nordeste é importantíssimo para o desenvolvimento do Brasil. E olhando as pesquisas estamos dando uma demonstração, quando olhamos por exemplo o retorno de pessoas de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná, do Mato Grosso voltando para as suas comunidades aqui no interior da Bahia.

Esse foi o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Solicito uma verificação de quórum para a continuidade desta sessão.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado Waldenor.

Questão de ordem do deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, nós temos acompanhado com muita atenção a conduta da Bancada do governo que, sistematicamente, tem utilizado ao final do período das Representações Partidárias de questões de ordem para derrubar a sessão ordinária.

Qual o artifício que o governo utiliza neste momento? É exatamente não permitir que a Casa entre na Ordem do Dia. Os processos de projetos que estão na pauta, se o governo não utilizasse desse expediente, acabariam sendo discutidos, e efetivamente avaliados pelo Plenário deste Poder. O governo insiste nesta prerrogativa exatamente para evitar que se avalie os projetos que estão Ordem do Dia. A nossa lamentação é porque um desses projetos é uma PEC da nossa autoria, subscrita por mais 22 deputados, que permitiria de fato que os deputados estaduais aprovassem projetos de lei, traduzindo o sentimento da população baiana.

Nós acompanhamos desde o dia de ontem uma imagem extremamente desagradável para o Poder Legislativo baiano que aponta, até de forma meio injusta porque não traduz a realidade da posição dos parlamentares, deputado Javier Alfaya,

não sei se V. Ex^a. teve oportunidade de ver uma avaliação do Transparência Bahia que mostra um certo grau de improdutividade das matérias apresentadas pelos parlamentares. Não traduz porque sabemos que muitos de nós, independente da cor partidária, trazemos aqui a esperança, a expectativa de apresentação de bons projetos que tragam ganhos reais para a sociedade baiana. Mas, por força da limitação constitucional, do art. 77, aliás, o único do Brasil, exclusivo da Constituição baiana que limita muito o poder legiferante desta Casa, quando determina que qualquer projeto que redunde ou que venha gerar qualquer tipo de despesa seja de competência privativa do Chefe do Executivo.

Evidentemente, qualquer projeto, por mais simples que seja, gera algum tipo de despesa, até para a sua execução.

Então, temos esta matéria na ordem do dia, o deputado Gilberto Brito que neste momento está aqui presente, como faz sempre nas suas vindas a esta Casa, é o relator da matéria, está aguardando justamente entrarmos na ordem do dia para que ele possa, deputado Waldenor, se pronunciar e trazer o relatório em relação a esta PEC, que não tenho dúvidas, acresceria muito a autonomia da Casa, a independência, ao fortalecimento deste Poder, haja vista de que estamos passando por um momento desgastante, enquanto legisladores em nível de Brasil, o Senado Federal passando momentos críticos e acho que seria importante a Casa dar uma demonstração de altivez, de serenidade, de maturidade política, até, porque, e não tenho dúvidas que este é o receio do governo.

O projeto vai ser aprovado, deputado Javier Alfaya, efetivamente vamos possibilitar a apresentação, ele não nasceria sob o vício de iniciativa já praticamente comprometido, mas o governo teria os mecanismos regimentais sejam na Comissão de Justiça, sejam na Comissão Temática e no Plenário, ou seja, dificilmente um projeto passaria se não tivesse, talvez, a contemplação e a boa vontade de todos ou pelo menos da grande maioria de Casa.

Portanto, não vejo razão do governo, de uma certa forma, se recluir dessa discussão, deputado Javier Alfaya, mas, efetivamente, esta prática costumeira da liderança do governo de que ao entrarmos na ordem do dia, pedir verificação de *quorum*, tenha um motivo muito claro e óbvio de que não se permita discussão dos projetos que estão efetivamente na ordem do dia. Aqui só se vota nesses últimos tempos em sessão extraordinária. O governo convoca extraordinariamente uma sessão para apreciar projetos do Executivo e percebemos de fato um desencontro do que a Mesa Diretora defende, do que o presidente da Casa defende e de que todos os deputados.

Já vi aqui pronunciamentos de todos os deputados, de diversas bases políticas defenderem a independência da Casa, a aprovação de projetos de deputados, mas, efetivamente o discurso não condiz com a realidade, inclusive tomei uma posição arbitrária, fugindo até um pouco do meu perfil parlamentar que é sempre apaziguador, conciliador de que qualquer projeto, deputado Gilberto Brito, na Comissão de Justiça, eu que sou vice-presidente daquela Comissão, irei pedir vista em todos os projetos, absolutamente em todos numa tentativa de chamar a atenção da

Casa, da necessidade de nós, de forma madura, serena, possamos dar uma resposta significativa a Casa, aos deputados, ao povo baiano de poder, de fato, termos uma das funções mais principais do Poder Legislativo que é a apresentação de projetos de deputados, é a mais importante, deputado Javier Alfaya.

Portanto, quero fazer este apelo e dizer que estarei de forma obstrutiva...

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Concluindo, deputado Gildásio.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- (...) na Comissão de Justiça pedindo vista para todos os projetos na tentativa de chamar a atenção da Casa, da necessidade de votarmos e avaliar esta PEC.

Muito obrigado pela tolerância de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- V.Ex^a não pediu nada à questão de ordem solicitada pelo deputado Waldenor, o deputado Gildásio não fez a questão de ordem, então, observando que temos a presença de seis Srs. Deputados e uma Sr^a Deputada, declaro encerrada a sessão.

Muito obrigado.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*